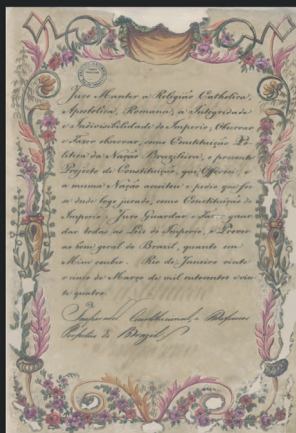


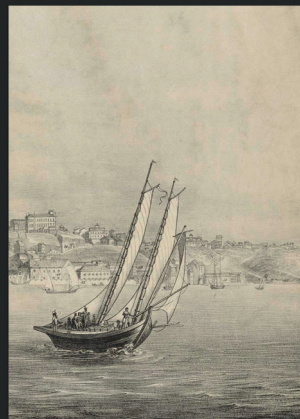
REVISTA 10

CEPIHS

Dezembro 2020



Torre de Moncorvo



Centro de Estudos e Promoção
da Investigação Histórica e Social
Trás-os-Montes e Alto Douro

**Revista
CEPIHS
10**

2020

Ficha Técnica

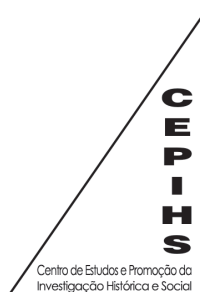
Directora	Adília Fernandes
Conselho de Redação	Adília Fernandes, Ana Rita Carqueija Rodrigues, José Ricardo, Odete Paiva, Otilia Lage
Conselho Editorial	Adília Fernandes, Albano Viseu, Ana Celeste Glória, Ana Leonor Pereira, António Pimenta de Castro, Artur Ferreira Coimbra, Diana Bessa Lage, Edson César da Silva Júnior, Eduardo Domingues, Élia Correia, Filipe Pinheiro de Campos, Hermes Marques Damasceno Neto, Joana Quelhas, João Paulo Braga, João Rui Pita, Jorge Fernandes Alves, Jorge Guerra Duarte, Manuel Correia, Maria Branco, Maria Engrácia Leandro, Maria Guilherme Semedo, Maria Ivone da Paz Soares, Maria José Moutinho Santos, Maria Otilia Pereira Lage, Mário Jorge Martinho da Costa, Odete Paiva, Teresa Martins, Wilza Betania dos Santos
Conselho Científico	Adriano Vasco Rodrigues, Fernando Machado, Fernando de Sousa, José Marques, José Viriato Capela, Maria Norberta Amorim, Norberto Cunha, Vitor Serrão
Propriedade	CEPIHS – Centro de Estudos e Promoção da Investigação Histórica e Social: Trás-os-Montes e Alto Douro
Edição	Edições Húmus
Capa	Isabel Caldeira Documento da capa – Juramento da Constituição Brasileira por D. Pedro I, 1824. Doc. do Arquivo Nacional do Brasil
Fotocomposição	Frederica Claro de Armada (Evolua Edições) Tel. 964075601 fcarmada@evolua.pt
Apoio	CITCEM (Centro de Investigação Transdisciplinar ‘Cultura, Espaço, Memória’) – Universidade do Porto
Contactos	CEPIHS Tel. 961833810 cepihs@gmail.com Edições Húmus Tel. 252301382 humus@humus.com.pt
ISSN	2182-0252
Depósito legal	322287/11
Data de edição	Dezembro de 2020
Impressão	Papelmunde – Vila Nova de Famalicão

O conteúdo dos artigos e eventuais direitos sobre as imagens utilizadas são da exclusiva responsabilidade dos seus autores, assim como a opção pelo uso, ou não, do novo acordo ortográfico.

CENTRO DE ESTUDOS E PROMOÇÃO DA INVESTIGAÇÃO HISTÓRICA E SOCIAL
TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO

Revista
CEPIHS
10

Coordenação
Adília Fernandes



2020

EDITORIAL

Retomamos nesta publicação, como tema central, a Emigração, tratado já na *Revista CEPIHS* 7. Designamo-lo, agora, por Movimentos Migratórios, título que remete para um sentido mais abrangente, em correspondência com as opções dos autores. Estes fenómenos transformaram-se num elemento constante das sociedades, variando as causas que os originam e os processos em que decorrem. Permitem um leque alargado de abordagens que se refletem, neste número, numa perspetiva demográfica, social, económica, cultural e outras, inseridas num arco temporal que vai do século XVIII ao século XXI.

Varia constitui-se como um repositório de saberes em torno da Cultura e do Património. Personalidades com impacto na política, na literatura e na ciência, instituições, património móvel e estratégias para a sua preservação, formam os núcleos de temáticas afins. Integra, do mesmo modo, uma incursão do Feminino pelos arquivos, a análise da atuação da região transmontana na oposição e na defesa da Primeira República e uma oportuna reflexão sobre a saúde, a doença e os efeitos da sua presença nas sociedades de todos os tempos. Acolhe, ainda, uma recensão crítica e uma entrevista, inaugurando a receção de textos deste género.

Os estudos que se apresentam repetem o grande e diversificado interesse dos anteriores.

Editamos o número 10 da *Revista CEPIHS*, facto que assinalamos com muita satisfação. Graças aos autores, a quem agradecemos a sábia e generosa colaboração, o rigor na construção do conhecimento, que atravessa o percurso traçado até aqui, é consonante com o objetivo de qualidade que presidiu à sua criação. Beneficiámos da feliz conceção de Isabel

Caldeira quanto ao padrão estético e do interesse e empenho das equipas editoriais da Palimage e da Húmus, em particular, de Bruno Maurício e Frederica Claro de Armada.

Numa retrospectiva breve, lembramos a temática central escolhida. Com exceção dos números 1, 4, 5 e 8, as obras integram outros estudos. Oferecem, no seu conjunto, uma sucessão de conceituados autores e uma fecunda multidisciplinaridade.

- Número 1 (2011) – Primeira República e homenagem aos Professores Maria da Assunção Carqueja e Adriano Vasco Rodrigues.
- Número 2 (2012) – Tributo ao escritor Abílio Adriano de Campos Monteiro, natural de Torre de Moncorvo.
- Número 3 (2013) – Homenagem a Júlio Máximo de Oliveira Pimentel, Visconde de Vila Maior, nascido em Torre de Moncorvo e figura maior da cultura e da ciência do século XIX.
- Número 4 (2014) – Primeira Guerra Mundial.
- Número 5 (2015) – Património, material e imaterial.
- Número 6 (2016) – Misericórdia, como instituição de assistência a que o ano de 2016 foi consagrado.
- Número 7 (2017) – Emigração.
- Número 8 (2018) – Património, material e imaterial.
- Número 9 (2019) – Homenagem a Francisco António Correia, natural de Torre de Moncorvo, que se destacou, no início do século XX, como economista, político, diplomata e pedagogo.

A *Revista CEPIHS 10* é pretexto para uma legítima saudação a todos os intervenientes nesta bem sucedida tarefa.

Pela Direção,
Adriano Vasco Rodrigues

MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS

**EMIGRAÇÃO, MICRO-HISTÓRIA E REDES
TRAJETÓRIAS FAMILIARES DE ABRAGÃO (PENAFIEL)
PARA O RIO DE JANEIRO
OS MELLO E SOUZA (SÉCULO XIX)**

Maria José Moutinho Santos*

Jorge Fernandes Alves**

Resumo – A emigração no jogo de escalas, a focar no nível micro, eis a perspetiva do presente artigo, que procura discernir pessoas no conglomerado da emigração, recolhendo informações de pormenor sobre as suas vidas e percursos, sua alocação no destino e realizações profissionais, sucesso e insucesso económico e social. Para isso partimos de uma freguesia, Abragão, do concelho de Penafiel, e procuramos seguir uma família local no seu ramo migratório, conjugando um volume significativo de informações numa grande diversidade documental. “Buscar a agulha num palheiro”, na expressividade de um adágio português, é um desafio absorvente mas que julgamos esclarecedor, permitindo estudos de casos que nos elucidam sobre o funcionamento de redes informais de entreajuda, que se revelaram indispensáveis para funcionarem como plataformas que permitiram trajetórias de ascensão social a alguns portugueses na sociedade oitocentista do Brasil, sobretudo, no meio comercial.

Palavras-chave – Emigração; Redes; Micro-história; Portugal; Brasil.

Introdução

Como fenómeno histórico, a emigração suscita diferentes escalas de observação para se obter um maior ângulo de perceção, oscilando o olhar interrogativo entre o individual e o coletivo, entre o nacional e o transnacional, entre o local e o global. Nesse jogo de escalas, a estatística tem sempre uma capacidade explicativa indispensável, conglomerando as deslocações, em grande número, dos atores em escassas variáveis, redutoras da complexidade, mas significativas da sua amplitude,

* Professora associada com agregação, aposentada, da Faculdade de Letras da UPorto; Investigadora do CITCEM (Centro de Investigação Transdisciplinar ‘Cultura, Espaço, Memória’) – UPorto.

** Professor catedrático da Faculdade de Letras da UPorto; Investigador do CITCEM (Centro de Investigação Transdisciplinar ‘Cultura, Espaço, Memória’) – UPorto.

permitindo ao poder político tomar (in)decisões sobre os respetivos indicadores. Todavia, se quisermos reconhecer as individualidades e as suas trajetórias e conexões e buscarmos a diversidade, percebendo a construção inerente aos percursos pessoais, a redução da escala impõe-se e, ao lado do campo macro de observação, ganha relevo a micro-história, que traz consigo diferentes níveis de espacialidades e de temporalidades, de forma a vislumbrarmos o emigrante nas suas relações, solidariedades, redes e/ou marginalidades. A micro-história permite-nos aceder ao homem e à sua circunstância, como diria Ortega y Gasset, focalização tão pertinente no emigrante, enquanto indivíduo obrigado a reinventar-se a si próprio num espaço social distinto e distante a vários níveis e em diferentes tempos individuais e históricos.

Como já o documentamos noutro lugar¹, a emigração tradicional no Norte de Portugal funcionou como um dos dispositivos históricos de maior operacionalidade na reprodução social, na medida em que não só excluía uma parte substancial da população para encontrar equilíbrio, qual válvula de escape, na ponderação familiar sobre a relação produção/consumo, como ainda procurava assegurar reflexos positivos dessas partidas impostas pela sociedade a indivíduos jovens a quem foi feito sentir que o pequeno mundo estava cheio e era preciso partir. A riqueza, através de remessas e/ou ação no mítico retorno desses emigrantes, funcionava, depois, como massa de calafetar as frestas e fraturas que a sociedade de partida continuava a expor. Desse modo se criou uma “cultura de emigração” dominante nesta estrutura social demarcada pelo minifúndio, que facilitava a partida de muitos jovens e a impunha como solução na distribuição familiar da descendência, de forma a ganhar espaço na longa distância, tal como o disse, melhor do que ninguém, o Padre António Vieira, no seu *Sermão de Santo António* (1670): “Nascer pequeno e morrer grande, é chegar a ser homem. Por isso nos deu Deus tão pouca terra para o nascimento, e tantas para a sepultura. Para nascer, pouca terra; para morrer, toda a terra. Para nascer, Portugal: para morrer, o mundo”. E, por isso, muitos não regressavam.

¹ Jorge Fernandes Alves, *Os brasileiros. Emigração e retorno no Porto oitocentista*, Porto, FLUP, 1993. Dissertação de doutoramento.

Neste contexto, diz-nos a prática da investigação sobre a emigração oitocentista, dificilmente haverá português com raízes no Norte de Portugal que, desfolhando o passado, não encontre ramificações familiares dispersas pelo Brasil. Foi isto que se verificou, uma vez mais, quando um dos autores partiu para o aprofundamento biográfico de Ernesto José de Melo e Sousa (1872-1939), jornalista e escritor penafidense, cuja informação familiar sustenta a investigação que subjaz a este artigo. Na pesquisa relativa à sua família, documento a documento, foi surgindo o (in)esperado capítulo de história transnacional, em que alguns dos seus familiares surgiam como atores fortemente envolvidos na emigração para o Brasil, a partir do reduto penafidense, com plena integração na sociedade do Rio de Janeiro. Daí o desafio para este texto a duas mãos, focando a emigração oitocentista, numa leitura micro, recuperando as informações do núcleo familiar que se transplantou para o outro lado do Atlântico.

Os ecos do Brasil em Penafiel

Os ancestrais de Ernesto de Melo tinham fortes raízes na região, o que, certamente, marcou a sua ligação à terra onde nasceu este jornalista e erudito local, o sentido telúrico da sua escrita, a militância nos jornais pelo progresso e desenvolvimento do território municipal, a sua “pequena pátria”. Nascido numa família instalada e muito ampla — ele foi o último de uma série de dezoito irmãos —, pôde estabelecer estreitas relações com os seus numerosos tios e primos, representando a família como um lugar de memórias comuns e um alforge inesgotável de histórias, umas de que ele próprio se serviu nas suas crônicas penafidenses, outras que desfiava nas conversas com os amigos².

Dada a sua inserção local, os Mello e Souza estabeleceram, ao longo do tempo, estreitos laços de parentesco e/ou de negócio com outras famílias da região, bem como laços de compadrio, que podemos testemunhar através de numerosos assentos de batismo e de casamento das

² Ernesto de Melo, jornalista e escritor, nomeadamente de temas da história local, foi diretor do jornal *O Tempo*, colaborador de *O Penafidense*.

freguesias de Abragão e Penafiel, a que se juntam as colunas sociais da imprensa local, de que Ernesto frequentemente foi autor, já nos inícios do século XX. Mas o aspeto mais relevante que caracterizou os Mello e Souza foi a forte ligação que estabeleceram, pelo menos, desde os inícios do século XIX, com o Brasil, usando amplamente os laços derivados de vínculos familiares e de conterraneidade.

Esta circunstância não é dissociável do espaço regional em que se encontravam, com o distrito do Porto a municiar importantes contingentes de emigrantes para esse destino que, em alguns anos, absorvia mesmo o saldo fisiológico: o concelho de Penafiel participava desse processo, enviando números que flutuavam, em termos arredondados, entre 100 a 200 emigrantes/ano durante o século XIX³.

Ernesto terá sentido bem a importância da emigração familiar e das mitologias afins, pois quando nasceu, em 1872, ainda se faziam sentir dos dois lados do Atlântico os ecos do sucesso de certos dos seus parentes, vindo a privar com alguns. Em 1873, num inquérito liderado pelo governador civil e administração do concelho, estava presente como emigrante de retorno, em Abragão, seu tio, Manuel José de Mello e Souza, com 51 anos de idade, que esteve ausente no Brasil entre 1844 e 1868, regressando com uma riqueza presumida de 52 contos de réis, tendo adquirido propriedades e realizados benfeitorias⁴. Mais tarde, chegou outro tio, Rodrigo, também um próspero “brasileiro de torna viagem”, com quem privou já na adolescência. De resto, o percurso de êxito que marcou a vida de alguns deles e que viria a ocupar espaços significativos da imprensa noticiosa do Brasil, sobretudo do Rio de Janeiro, onde quase todos viveram, serviria também para ancorar outras viagens rumo à Terra de Santa Cruz, alimentando o sonho de muitos dos seus conterrâneos que seguiram na sua pegada, segundo a fórmula então muito invocado na imprensa portuguesa de que quem fazia o emigrante era o “brasileiro”, ou seja, o emigrante que conseguia retornar exteriorizando riqueza, pelo seu efeito emulativo.

³ Jorge Fernandes Alves, *Os brasileiros. Emigração e retorno no Porto oitocentista*, op. cit.

⁴ *Idem*, *ibidem*, Vol. II.

Os passos que cada um dos parentes próximos de Ernesto de Mello deu ajustam-se às dinâmicas padrão atribuídas pela historiografia na emigração para aquele destino. Partiram todos jovens, aguardando-os a rede familiar de apoio à chegada; seguiram para um trabalho árduo no comércio onde começaram como caixeiros; desenvolveram operações de risco no campo empresarial; alguns conseguiram uma ascensão económica e social mais rápida, que acompanharam, como era habitual, com uma intervenção em instituições beneficentes e culturais — nomeadamente as relacionadas com os imigrantes portugueses no Brasil. Isso veio a trazer-lhes o correspondente reconhecimento público, cá e lá, de que resultaram comendas e títulos. Finalmente, a idade trouxe para uns o desejado retorno à terra de origem, enquanto outros ficaram pelo destino brasileiro, estabelecidos que foram outros laços, nomeadamente, alianças matrimoniais apropriadas. Para todos, enfim, mesmo para Ernesto, o tempo trouxe um profundo esquecimento.

Propomos, então, neste texto, uma revisitação prosopográfica dos casos mais expressivos da parentela de Ernesto José de Melo no Brasil e sua conexão local. Produzir estas microbiografias não foi tarefa fácil. As trajetórias de cada um dos parentes de Ernesto aqui evocados revelaram-se, por vezes, muito incertas e a própria dinâmica da emigração, fosse para o Brasil ou para outros lugares dentro do país, dispersou progressivamente os parentes e foi dissolvendo com os anos e a distância os laços que o nome comum não segurou. Não dispusemos para esta investigação, que decorre no trânsito migratório de uma família alargada, dos escritos biográficos clássicos, tais como, diários, memórias autobiográficas ou a correspondência que, seguramente, os parentes dos dois lados do Atlântico foram trocando entre si, documentando a expressão do eu.

Nestas circunstâncias, assentamos a pesquisa em outro tipo de fontes: desde logo, em documentação de arquivo — assentos de batismo, casamento e óbito, tal como os testamentos, registos de passaportes, bem como em alguma documentação, sobretudo iconográfica, existente na posse da família; e, fundamentalmente, apostamos na imprensa periódica, relevante para recrutar notícias a integrar em percursos pessoais, familiares e de negócios, incluindo preocupações públicas (culturais, be-

neficientes ou outras) de cada um dos atores em pesquisa, alguns dos quais alcançaram relevância económica e social, a merecer tanto a atenção dos periódicos, quanto o desejo de, através deles, os visados projetarem uma dada imagem de si⁵ (com esse objetivo, foram consultados mais de 80 periódicos na Hemeroteca Digital do Brasil, bem como na imprensa do Porto e de Penafiel, nomeadamente, neste último caso, tivemos em conta os textos do jornalista e escritor Ernesto José de Melo).

Sublinhamos a necessidade de cuidados especiais na utilização da imprensa, de forma a garantir a validação da identidade de cada um dos indivíduos pesquisados, pois, como era comum à época, encontramos nesta família alargada, quer na mesma geração – entre irmãos e primos –, quer em gerações seguintes – entre pais e filhos e tios e sobrinhos-, a utilização de homónimos. Paralelamente, alguns desses nomes também estavam duplicados em outros portugueses e em cidadãos brasileiros que nada tinham a ver com o lastro em pesquisa. Proceder à triangulação da informação recolhida foi uma prática persistente, cruzando sistematicamente a informação que ia sendo colhida com os dados sobre a residência, a atividade profissional, o endereço do negócio e o tipo de atividade, o grupo social e a nacionalidade de cada um. A referência à nacionalidade revelou-se útil, na medida em que foi mais fácil separar águas entre “quem é quem” ou, se fosse caso disso, assumir que o nosso emigrante, por motivo dos seus negócios e da legislação brasileira, optara, a dada altura da vida, pela cidadania brasileira. Fizemos ainda parte da grelha de validação as referências nos proclamas de casamento, que identificavam os nubentes, bem como os obituários oficiais do Rio de Janeiro publicados, diariamente, e os convites das famílias para as cerimónias fúnebres que incluíam os nomes dos parentes mais próximos, indicando também a sua relação com o falecido. Utilizaram-se ainda as informações veiculadas pelos contratos de criação ou dissolução de sociedades, pelas relações de passageiros e de mercadorias saídas e entradas no porto do Rio de Janeiro, pelas listas de acionistas de diversas companhias ou instituições bancárias, bem como pelo rol dos membros ou associados

⁵ Contam-se por muitas centenas as referências, na imprensa brasileira, aos irmãos Francisco e Rodrigo José de Mello, nas suas atividades profissionais ou pessoais.

de agremiações culturais, religiosas ou de beneficência. Não se validou nenhuma informação que nos suscitasse dúvidas para o recorte das microbiografias que passamos a enunciar na densidade narrativa que a informação permitiu.

Em Abragão: Custódio José de Mello e Carlos José de Mello

Sabemos pouco sobre Custódio que, nesta narrativa, é assumido como o primeiro elo da cadeia familiar. Nasceu no lugar de Mosteiró, freguesia de Abragão, concelho e comarca de Penafiel, em meados do séc. XVIII, falecendo em Abragão, em 30 de novembro de 1833. Pelo assento do seu casamento, realizado nessa freguesia, em 12 de maio de 1778, ficamos a saber que era filho natural de Valério Carlos de Azevedo e neto de Luís de Mello e de Clara Maria Mendes. Veio a casar em segundas núpcias com Maria Josefa, também natural de Mosteiró, filha de José Patrício de Souza (S. Mamede de Recezinhos, Penafiel), e de Joana Joaquina Oliveira Couto, do lugar de Pombal, Abragão, Penafiel, com quem teve filhos. A formação dos apelidos que sinalizaram a descendência teve lugar aqui: Mello Souza ou Mello e Souza.

O seu filho Carlos, nascido em Abragão, em 2 de março de 1784, e falecido, nesse mesmo lugar, em 31 de dezembro de 1858, veio a casar, em 29 de junho de 1806, com Maria Joana de Oliveira Couto (17-12-1785/26-1-1873). Um enlace relevante nesta narrativa, pois, como se verá adiante, terá sido em grande parte graças à família de Joana, já relacionada com o Brasil, que se ficou a dever a partida dos Mello e Souza para esse destino. Este casal foi viver para uma casa fronteira à igreja de S. Pedro, estabelecendo-se, nos baixos, com negócio de mercearia, ferragens, louça, fazendas, cera, etc. Possivelmente, pela proximidade à igreja e porque Carlos fosse pessoa considerada na freguesia, pouco tempo após o casamento, a sua presença em Abragão passou a ser regularmente atestada nos Livros de Registo Paroquial, enquanto testemunha de batismos e casamentos que se celebravam na freguesia⁶. Pelos assentos se vê que Carlos, não obstante a

⁶ Pelo menos, entre 1806 e 1850.

sua atividade comercial, não sabia assinar e quem o fez por ele usou sempre apenas o sobrenome Mello, ainda que Carlos pertencesse à geração dos que receberam os apelidos Mello e Souza dos seus progenitores, apelidos que os seus filhos e netos iriam usar de forma muito irregular^{7/8}.

Os filhos de Carlos e de Maria Joana

Do casamento de Carlos e Maria Joana sabemos da existência de onze filhos, nascidos entre 1807 e 1829. Quatro raparigas e sete rapazes, para quem o casal escolheu, criteriosamente, os padrinhos, cientes da importância dos laços de parentesco nascidos do compadrio, pelas obrigações e responsabilidades que a religião e o costume lhes atribuíam. A emigração é uma das dimensões em que o compadrio se torna visível, nomeadamente nas “cartas de recomendação” e nas “cartas de chamada”, em que vemos os padrinhos servindo de fiadores, cuidando dos negócios de compadres ou de afilhados que partiam, ou ajudando na arrumação deles no destino brasileiro onde os aguardavam.

Terá sido nesses pressupostos que o casal teve a preocupação de estabelecer laços espirituais com amigos e conhecidos que, num futuro incerto, poderiam servir de porto de abrigo⁹. Nesse cenário e numa atitude de acordo com a tradição, Carlos solicitou a seu sogro que apadrinhasse a sua primeira filha e, mantendo-se dentro do círculo familiar, chamou para a sua outra filha o cunhado José Gonçalves Machado e esposa, sendo ele comerciante de Vila Nova de Gaia, com negócios com o Brasil. Já o seu primeiro filho homem, José António, teve como padrinho José Monteiro Guedes de Vasconcelos Mourão, fidalgo da Casa Real, alcaide-mor de Celorico de Basto, nascido e residente em Abragão.

⁷ Os filhos de Carlos assinaram de forma diversa, alterando a posição dos sobrenomes e os seus filhos, como aconteceu com Ernesto, deixaram de usar o Souza e atualizaram a grafia de Mello. Muitos descendentes de Carlos que ficaram no Brasil, ainda hoje utilizam a versão antiga Mello e Souza.

⁸ Para além de Carlos, Custódio teve um outro filho, Joaquim José de Mello, que foi casado com Maria Joaquina, do lugar de Pombal, em Abragão. É possível que também ele tenha emigrado para o Brasil.

⁹ Pode constatar-se, ainda, esse tipo de comportamento nos filhos de Carlos, nomeadamente, em Bernardino.

Para madrinha, veio a tia do fidalgo Dona Margarida Rufina. O filho que nasceu a seguir, Francisco, foi honrado com o mesmo padrinho, mas desta vez, o alcaide-mor fez-se acompanhar pela esposa Dona Antónia. Para Joaquim, nascido em 1819, Carlos apelou aos seus primos Joaquim e Francisco Oliveira e Sousa que, à data, já estavam estabelecidos no Rio de Janeiro, e que terão sido, de facto, no Brasil, o “porto de abrigo” para todos os outros filhos que escolheram esse destino. Outro Joaquim, nascido em 1827, e assim chamado por morte do primeiro com o mesmo nome, foi levado à pia batismal por dois negociantes da cidade do Porto, José Joaquim Gonçalves Lima e João de Barros de Almeida¹⁰.

Desses sete filhos homens, cinco emigraram para o Brasil: José António (1813-1859) que faleceu no Rio de Janeiro, com apenas 46 anos; Francisco (1816-1886), também falecido no Rio, com 70 anos; Manuel (1822-1879), que veio morrer, de forma trágica, em Abragão, aos 56 anos; Rodrigo (1829-1898), que faleceu também em Abragão, com 69 anos; Joaquim (1827-1850), que casaria aos 21 anos com Ana Ribeiro, mas cujo destino brasileiro foi breve. Entre 1839 e 1843, o nome de Joaquim ainda aparece várias vezes como testemunha nos Registos Paroquiais de Abragão, mas em 1848, solicitava nos jornais do Rio de Janeiro a entrega, na rua da Quitanda, de uns documentos perdidos¹¹; porém, logo em março de 1850, o irmão Francisco agradecia nos jornais a todas as pessoas que tinham assistido ao funeral realizado no Rio de Janeiro do seu “prezadíssimo irmão”¹², quando Joaquim tinha apenas vinte e três anos.

Dos dois outros irmãos, sabemos que João, nascido em 1821, seguiu a vida religiosa e permaneceria sempre perto de casa¹³, e Bernardino, nascido em 1824, não sentiu o apelo brasileiro, casou em Penafiel em

¹⁰ José Joaquim Gonçalves é referenciado no *Directorio Civil, Politico e Commercial da Cidade do Porto e Vila Nova de Gaia* e João de Barros Almeida consta da lista de acionistas da Companhia de Seguros Segurança.

¹¹ “Roga-se a quem tiver achado uma caderneta da caixa económica pertencente a Joaquim José de Mello e Souza o obséquio de a levar à rua da Quitanda n.º 92, loja”. In *Correio Mercantil*, ed. 330, de 5 de dezembro de 1848, p. 3.

¹² *Jornal do Comércio*, de 13 de março de 1850.

¹³ João Oliveira de Souza e Mello foi reitor de Lagares e abade da freguesia de S. Mamede de Coronado. Morreu no Porto, em 1890. Teve por testamenteiro o irmão Bernardino e por herdeiros os irmãos Ana, Bernardino e Rodrigo e a sobrinha Maria da Conceição Oliveira Souza. Foi sepultado no jazigo de família em Abragão.

1849, aos 28 anos, com Rita Cássia que lhe daria dezoito filhos, sendo um deles Ernesto José de Melo.

A relação de Bernardino com os seus irmãos da emigração foi sempre estreita: escolheu-os para padrinhos de alguns dos seus filhos, foi seu representante legal em diversas circunstâncias e foi beneficiado nos seus testamentos. Da emigração colheu, no entanto, um preço caro: o seu filho Carlos partiu para o Brasil muito jovem para trabalhar com o tio Rodrigo. Viria a regressar, pouco tempo depois, morrendo em Abragão, com 26 anos, de tuberculose contraída além-mar. Porém, afora as tragédias pessoais, Bernardino manteve em Penafiel uma loja de fazendas brancas e, a partir de 1859, uma fábrica de curtumes no Arrabalde. Esta sua atividade terá beneficiado de negócios regulares com os seus parentes maternos “brasileiros”, ligados à exportação de couros crus e importação de couros trabalhados¹⁴.

Das quatro irmãs, apenas nos chegam notícias de Ana Joaquina e Margarida Rosa¹⁵ que, não tendo emigrado, estiveram muito pendentes dos seus irmãos, ao entregarem-lhes, cada uma, o cuidado de um dos filhos, que partiram muito jovens para o Brasil. Ana Joaquina e Margarida Rosa casaram em Abragão, sendo que Ana Joaquina viveu um amor (quase) impossível, ao relacionar-se sentimentalmente com o seu tio-avô Francisco de Oliveira Couto. Após um complicado processo canónico e uma contenda familiar, o casamento realizou-se em 1833, tendo ela vinte e um anos e ele cinquenta e seis. Como se tal situação não fora bastante na sua existência, o casal viveria poucos anos depois, em 1838, um episódio rocambolesco e de grande risco para as suas vidas. Certa noite, uma numerosa quadrilha a cavalo, encapuzada, assaltou-lhes a casa, onde, em

¹⁴ Bernardino manteve em Penafiel um negócio de solas e cabedais para calçado, concorrendo com alguns dos seus produtos na Exposição Internacional do Porto de 1865. Foi mesmo escolhido para apresentar esses produtos na Exposição Internacional de Paris (*Catálogo Oficial*, p. 72). Por outro lado, vemo-lo ser premiado na Exposição de Filadélfia de 1876, pela qualidade do vinagre que produzia nas suas propriedades, o mesmo acontecendo na Exposição Agrícola Portuguesa de 1884. Segundo o Inquérito Industrial de 1881, no volume relativo ao Porto, a unidade de curtumes de Bernardino José de Melo, que começou a funcionar em 1859, tinha 33 tanques e 7 operários, preparando anualmente 2700 peles para solas, o que representava um valor de 7 a 8 contos de réis e a instalação um capital de 12 a 15 contos (*idem*, p. 37).

¹⁵ Sobre Maria e Ana nada se conseguiu apurar, até agora, a não ser as datas de nascimento.

razão dos seus negócios, acumulavam, por vezes, grandes quantidades de dinheiro. A tradição posterior deitou um pouco de sal na história e, em terras do Zé do Telhado, achou por bem atribuir a este herói de romance o sucedido. Ernesto, como aliás toda a família, contava com prazer esta aventura. Porém, sem que se tire sabor à narrativa, a História obriga a que se acertem contas. Naquela data, José Teixeira era ainda e apenas um honrado lanceiro da rainha. O assalto terá sido cometido por um dos muitos bandos que resultaram do licenciamento das tropas da Guerra Civil e que infestaram, com a sua organização de tipo militar, várias regiões, incluindo a do Vale do Sousa, deambulando nos seus assaltos pelos vários concelhos da região. Ana Joaquina e Francisco tiveram quatro filhas e um filho e este, Francisco José de Oliveira Couto (1843-1872), rumou ao Brasil, para junto dos tios e primos que já ali se encontravam. No Rio, frequentou o colégio Marinho¹⁶, de forma a preparar-se para o futuro que, no entanto, não lhe foi risonho. Regressou a Portugal, com 29 anos, morrendo seis meses depois em Abragão, de tuberculose.

Margarida Rosa, que casou com José de Sousa, da Casa da Boavista, em Abragão, teve quatro filhos, sendo que um deles, Manuel de Oliveira Souza Mello (1837-1884) partiu também para o Brasil, começando a sua empresa além-mar entre os seus parentes, como caixeiro do seu tio Manuel, como se verá mais adiante e, aliando-se, posteriormente, nas atividades comerciais do seu primo Francisco José de Oliveira Couto.

A rede familiar de apoio – os cunhados / tios

Voltemos, então, a Carlos, casado com Maria Joana, para entendermos o futuro da família. A sua prosperidade económica e, porventura, a preocupação com a alfabetização preparatória para a emigração, como era habitual, permitiu que todos os filhos recebessem formação escolar, de que ele não tinha beneficiado e essa condição viria a tornar-se de enorme importância, quando a perspetiva da emigração para o Brasil se colocou. Esse rumo para as américas justificava-se não, seguramente,

¹⁶ Este Colégio formava, no Rio de Janeiro, a juventude bem-nascida do Império.

pela fragilidade económica da família, mas, possivelmente, tanto pelo contexto migratório da região, quanto pelo apoio familiar que iriam encontrar no destino. Na verdade, pelo menos, quatro dos cunhados de Carlos, irmãos de sua mulher Maria Joana, Francisco José Oliveira Souza (1787-1851), José Joaquim Oliveira Souza (1793-?), Joaquim Oliveira Souza (1796-1862) e António Oliveira Souza (Velloso) (1810-?) integraram levadas migratórias ainda na fase colonial do Brasil, pelo menos na fase da Corte do Rio de Janeiro, pois Francisco e Joaquim já viviam no Rio em 1819¹⁷, tendo constituído uma parte dessa rede familiar que foi acolhendo os recém-chegados e orientando o seu estabelecimento. É mesmo crível que parentela mais antiga tenha chegado ao Brasil, durante a segunda metade do século XVIII.

As razões pessoais da sua partida são desconhecidas, mas poderemos enquadrá-las no cenário de rescaldo das invasões francesas, de abandono e penúria dos campos de cultivo, e dos apelos oficiais que clamavam braços para o trabalho na colónia brasileira, entretanto elevada a Reino em 1815, e atravessando um surto de desenvolvimento: crescimento demográfico, urbano e económico. Mas esta emigração precoce, enquadrada no sistema colonial, assentava na própria demografia familiar, onde se posicionavam, pelo menos, seis irmãos do sexo masculino a pesar no consumo doméstico, mas com as portas livres para entrarem num mundo novo e promissor que o Brasil representava.

Sobre Francisco que, como se referiu, já estava no Rio em 1819, há uma discreta passagem na imprensa, desconhecendo-se se esteve ligado aos irmãos na atividade comercial. Encontrámo-lo, pela primeira vez, nos jornais em 1828, anunciando no *Diário do Rio de Janeiro*¹⁸ a compra de um bilhete de lotaria que lhe havia sido encomendado por um cliente, denunciando, assim, uma atividade que o seu irmão António também desenvolveu¹⁹. Francisco terá falecido em 1851, como se comprova pelo anúncio

¹⁷ Como se pode comprovar pelo assento de batismo do seu sobrinho Joaquim, em que ambos eram dados como “assistentes no Rio de Janeiro”. Cf. ADP/Freguesia de Abraão – Assento de Batismo 1016, de 17-11-1819.

¹⁸ *Diário do Rio de Janeiro*, de 17 de março de 1828.

¹⁹ “Francisco José Oliveira Souza comprou por conta e ordem de António Cristóvão da Rocha, um meio bilhete da lotaria extraordinária a benefício do Imperial Teatro de

de um leilão de ações de acionistas recentemente falecidos, da Companhia de Seguros Marítimos Recuperadora, que incluía o seu nome. Foi seu testamenteiro o sobrinho Manuel José Gonçalves Machado Júnior, filho de uma das suas irmãs e também emigrado no Rio de Janeiro.

Do seu irmão Joaquim Oliveira Souza as primeiras notícias que encontramos na imprensa são de 1840, nos Manifestos da Alfândega²⁰, onde era avisado para recolher mercadoria ida da cidade do Porto. O seu nome surge também nos movimentos de exportação, com o seu negócio de solas, enviando mercadoria para Trieste, Lisboa, Montevideo, etc.²¹. Paralelamente, a sua loja da rua do Carmo n.º 43 registava na imprensa uma grande atividade no setor dos anúncios pagos. Nesse endereço, fazia-se intermediação no aluguer de casas, na venda de propriedades, no trespasse de lojas, no aluguer ou oferta de mão-de-obra, mas sobretudo na venda de escravos. Em 1842, a “firma girava” com a designação Joaquim de Oliveira Souza & Sobrinho – loja de couros. Com a venda dos seus negócios ao sobrinho Francisco, em 1843, as referências a seu respeito tornaram-se muito escassas. Em junho de 1862, os jornais noticiavam a sua morte, assinando o obituário tanto a família nuclear – sua mulher Catharina de Senna Oliveira, seu irmão José e seu genro Dr. Fernando Manuel Fernandes, como os sobrinhos Francisco, Manuel e Rodrigo e ainda o sobrinho de outro ramo, Manuel José Gonçalves Machado Júnior²².

António Oliveira Souza (Velloso), o mais novo destes irmãos “brasileiros” já estava estabelecido no Rio, em 1833, tendo, nesta altura, acrescentado Velloso ao seu nome para evitar, como ele próprio declarou na imprensa, que pessoa com o mesmo nome lhe retirasse, por engano, a correspondência que lhe era endereçada²³. Nos anos seguintes, a sua atividade comercial era atestada na imprensa do Rio, tanto por viagens de negócios, como pela atividade da sua loja de couros, ou mesmo pela

S. Pedro de Alcântara”.

²⁰ *Jornal O Despertador*, 1840.

²¹ Em 1842, já o *Diário do Rio de Janeiro* noticiava o destino das viagens, a participação no negócio do “sobrinho”, e o conteúdo dessas exportações: “meios de sola”.

²² *Correio Mercantil*, de 9 de junho de 1862.

²³ O sobrenome Velloso foi, seguramente, escolhido porque era o nome do seu padrinho de batismo, José Velloso da Cruz, como se pode verificar no seu assento de batismo.

sua contribuição em subscrições para fins caritativos. Em abril de 1845, anunciava na imprensa a venda do seu negócio de couros da Rua da Quitanda n.º 52 ao sobrinho Francisco, um trespasse habitual para que o negócio ficasse em família, assegurando-se, por essa via, o pagamento, através do estabelecimento de uma renda.

O outro irmão, José Joaquim de Oliveira Souza, surge no *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro de 1829, num anúncio pessoal sobre a fuga de um seu escravo²⁴. Denunciava a sua residência/loja na rua do Cano, no Rio, curiosamente muito próximo da rua (do Carmo) para onde foi morar o sobrinho Francisco Mello e Souza. Em 1853, ele constava da lista das pessoas a quem tinham sido distribuídas ações do Novo Banco do Brasil, tal como os sobrinhos António, Francisco e Rodrigo.

Os filhos de Carlos e Maria Joana

1. José António

José António Mello e Sousa é o filho com menos informação expressa. Não sabemos a data em que o filho mais velho de Carlos José de Mello partiu para o Brasil. José António teve um percurso brasileiro que pouco transcendeu para as páginas dos jornais e almanaques. Estabeleceu-se em Paraty, em data incerta, contudo, em 1838 e 1839, encontrámos vários registos na imprensa do Rio de Janeiro, referindo a compra de lotarias a seu tio António de Oliveira Sousa Velloso nessa cidade²⁵. O *Almanak Comercial* refere-o, em 1845, como Vice-Cônsul de Portugal na localidade, lugar que ocupou até à sua morte. No ano seguinte, o mesmo anuário referenciava-o como proprietário de uma loja de vendas nessa cidade, que manteve ao longo dos anos com consignação de vários produtos, nomeadamente “molhados”. Em 1857, vemo-lo a viajar com o filho João Carlos, do Rio

²⁴ A referência no jornal à circunstância do dito escravo ser valioso por saber trabalhar bem o couro, indica tratar-se, não de um escravo doméstico, mas de um trabalhador no negócio.

²⁵ “Antonio de Oliveira Souza Velloso comprou, por ordem de José Antonio de Mello, morador em Paraty, meio bilhete n.º 97 da 3.ª lotaria de S. José a qual remetteo pelo correio”, in *O Despertador*, Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 1938.

para Paraty²⁶. Em circunstâncias que se desconhecem, veio a falecer no Rio de Janeiro, em 1859, aos 46 anos, de hepatite, saindo o funeral da rua do Imperador, onde viviam os seus irmãos Rodrigo e Francisco. Deixou viúva Francisca Ignácia e oito orfãos muito jovens.²⁷ Três semanas após a morte do marido, Francisca regressou a casa²⁸. Nos anos seguintes, ela e os filhos foram parte numa disputa cível no tribunal de Paraty. Em 1873, uma certidão enviada do Brasil para habilitação à herança de sua avó Luísa, falecida em Portugal (Penafiel), João Carlos e Afonso Henriques referiam a sua residência em Paraty, enquanto que os restantes irmãos Luís Carlos, M^a Jasmina, Francisca e Maria José indicavam a morada no Rio de Janeiro.

2. Francisco José

Francisco José de Mello e Souza teve um percurso singular, que seria impossível de cumprir no seu país de nascimento. A oportunidade de partir, de ser acolhido e integrado numa terra de futuro deu-lhe uma espantosa vontade de correr riscos e de se afirmar no meio mercantil e industrial. Terá sido o único dos irmãos que adotou, por força dos seus negócios, a nacionalidade brasileira²⁹. Chegou ao Brasil antes de 1838³⁰. Neste ano, com 22 anos, ele já estava no Rio de Janeiro, a trabalhar com os tios António e Joaquim, na condição de “caixeiro”³¹, tendo alcançado,

²⁶ *Jornal do Comércio*, 1857.

²⁷ O seu filho mais velho João Carlos, que veio a seguir uma carreira na polícia da Província do Rio de Janeiro e participou na guerra do Paraguai, ainda passou pelos negócios de comércio do pai. Foram frequentes as suas viagens aos portos de Santos, Sta. Catarina... João Carlos foi agraciado com a Ordem da Rosa na sequência dos seus atos no decorrer da guerra.

²⁸ Movimento do Porto do Rio de Janeiro. 1859, 22 de julho: Para Paraty, D. Francisca Ignacia de Mello e Souza.

²⁹ Essa escolha tem lógica pelo percurso negocial de Francisco, ainda que apenas uma vez, isso seja referido e, precisamente, na transcrição do seu óbito, publicado na imprensa.

³⁰ “De ordem do Sr. Dr. Juiz de Paz do 1.º distrito da Candelária são convidados os Srs. abaixo declarados para comparecerem na rua das Veolas n.º 67, dentro do prazo de 8 dias, a bem do serviço público. Os Snrs... Francisco José de Mello e Souza, caixeiro, rua De trás do Carmo”. *O Despertador* de 14 de abril de 1838. Uma vez que os convocados eram maioritariamente caixeiros, a chamada do Juiz de Paz podia ter por fim dirimir conflitos, comuns na época, entre essa classe profissional.

³¹ No jornal *O Despertador*, de 14 de abril de 1938, um anúncio do Juiz de Paz solicitava a presença de diversos indivíduos, entre os quais Francisco.

em 1842, parte numa das sociedades com o tio Joaquim, cujo estabelecimento ficou a girar, como se referiu acima, sob a firma Joaquim Oliveira Souza e Sobrinho.

A sucessão geracional e os bons resultados nos negócios de tios e sobrinho deverão ter aconselhado a ida dos outros dois irmãos, Manuel e Rodrigo, que partiram em 1844, a 9 de abril. Segundo os registos de passaporte, Manuel tinha 20 anos, era solteiro, e indicava a profissão de caixeiro, Rodrigo completara 15 anos³². Esta viagem dos dois jovens poderá ter sido preparada uns meses antes, aquando da vinda a Portugal do tio Joaquim de Oliveira Souza³³. Um facto é seguro: chegados ao Brasil, os irmãos, acolhidos por essa rede familiar estabelecida no Rio de Janeiro, acabaram por seguir cada um o seu caminho, embora com proximidade.

Dentro do padrão habitual de transmissão e retirada de negócio, Francisco, como se referiu, comprou em 1845, o negócio ao tio António Oliveira Souza Velloso³⁴, mantendo a mesma atividade na rua da Quitanda n.º 52, mas diversificando o comércio dos couros e introduzindo a representação de produtos estrangeiros de qualidade, nomeadamente cola e cera para o tratamento dos curtumes. Em 1843, comprou também a loja de couros do tio Joaquim de Oliveira Souza, na rua do Carmo 43, assumindo todas as dívidas ativas e passivas³⁵, mantendo a atividade amplamente atestada na imprensa – com a venda de couros e de escravos, trespasses e vendas de propriedades, etc. Porém, em 1851, ele acabaria por vender este negócio da rua do Carmo ao amigo Luiz Caetano Pereira Guimarães, que iria interessar nessa atividade o antigo caixeiro de Francisco, Daniel Martins de Moura Guimarães³⁶.

³² ADP – Passaportes n.º 1917 e n.º 1918, de 1844.

³³ O *Diário do Rio de Janeiro*, de 1844, noticiou a vinda de Joaquim de Oliveira Souza para o Porto.

³⁴ Anúncio no jornal *O Despertador*, de 14 de abril de 1845: “Antonio de Oliveira Souza Velloso faz publico que vendeu a seu sobrinho Francisco Jozé de Mello e Souza a loja de couros que tinha na rua da Quitanda n.º 52, ficando todo o ativo e passivo a cargo do dito seu sobrinho Mello e Souza”, in *Diário do Rio de Janeiro*.

³⁵ *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro, de 29 maio de 1843.

³⁶ Mantinha-se o estabelecimento, mas sob uma outra Sociedade: “Anúncio – Luís Caetano Pereira Guimarães faz publico que tendo comprado ao Sr. Francisco José de Melo e Souza a sua loja de couros estabelecida na rua do Carmo n.º 43, com fazendas, escravos e a maior parte das dívidas activas, interessou neste negócio o antigo caixeiro do sr. Mello,

Nesse ano, o *Almanak Administrativo* já incluía Francisco nos negociantes de gado *vacum*.

Gado, couros, carnes verdes, segmentos de um negócio que podiam ser unificados, concentrados, com vantagem, através da configuração de fileira, como diríamos hoje: eis a visão de Francisco para o seu horizonte empresarial. Controlar a compra do gado, a montante, para assegurar o abastecimento e preços, induzir o aumento de consumo de carne verde, através da modernização comercial dos talhos e controlo do mercado, aumentar a produção de couro, a matéria-prima para a sua indústria de curtumes, que organizara a partir dos estabelecimentos trespasados pelos tios, e de que viria a erguer um edifício industrial considerado modelo para a época. Como surgiu e amadureceu esse projeto de concentração, cuja centralidade podemos acompanhar pelos jornais, que ficou como um episódio significativo na história do abastecimento de carnes verdes ao Rio de Janeiro, dados os volumes de mercadoria e o complexo jogo de interesses económicos que enfrentava? Era um projeto, como lhe era atribuído pelos concorrentes inimigos, em especial os ligados aos produtores de gado, ou apenas a sequência de decisões que ia tomando de *motu proprio*? Se os concorrentes viam esse controlo como tendente ao monopólio e à erradicação da concorrência, a verdade é que o processo poderia trazer consigo, ao consumidor urbano, a normalização da compra de gado, ajustando a prazo e em quantidade, garantindo o abastecimento mais regular da carne verde, com esta a fluir em instalações mais adequadas e higiénicas, e estabilizando os preços, eliminando ainda os múltiplos, pequenos e arcaicos talhos sem qualidade e sem garantia de abastecimento. Tratava-se, então, de concentrar atividades e encontrar os equilíbrios. E foi em torno destes pontos de vista opostos que se veio a desenrolar uma luta comercial com óbvias incidências políticas.

Deste modo, Francisco, no ímpeto dos seus 30 anos, arriscava voos mais altos e na companhia de parceiros com quem não tinha vínculos familiares, alguns deles de origem francesa, ousava jogar em diversos ta-

Daniel Martins de Moura Guimarães por escritura celebrada em 15 do corrente sendo a nova firma social a de Guimarães e Guimarães. Rio de Janeiro, 23 de julho 1851”, in *Jornal do Comércio*.

buleiros, graças por certo, ao seu instinto empreendedor e aproveitando uma conjuntura que julgou favorável. Assim, Francisco descolou-se do papel discretíssimo como caixeiro dos seus tios – ao serviço dos quais terá adquirido relações e um conhecimento alargado, quer das especificidades do negócio dos curtumes³⁷ – muito dependente da abundância do gado para abate –, quer das questões cruciais que envolviam o abastecimento desse gado à capital do Império.

A Companhia dos Curtumes

É, nesse quadro, que vamos encontrar referências na imprensa, ligando Francisco José de Mello e Souza a uma participação numa “sociedade francesa”, que teria sido organizada em setembro de 1847, conforme denunciava um *Communicado* anónimo que, nos inícios de 1848, surgia no jornal *Diário do Rio de Janeiro*. Tratava-se, de facto, de uma diatribe acusatória contra a dita “sociedade”, formada por vários “estrangeiros”, entre os quais Francisco. Os outros “sócios” eram todos conhecidos curtidores e surradores estabelecidos no Rio de Janeiro,³⁸ que assim promoviam uma forma de cartel da sua atividade e partiam para a verticalização, passando a distribuir carnes verdes. A referida sociedade, que o redator chamava, ironicamente, “filantrópica”, alegava pretender fornecer a capital de “boa carne verde por preços razoáveis”. No longuíssimo texto, o anónimo *Decano* que assinava, desejava revelar tudo publicamente e alertar as autoridades municipais para os atos de “pirataria” praticados pela dita sociedade, que vinha assumindo uma atitude monopolista sobre os mecanismos de abastecimento do gado *vacum* ao Rio de Janeiro. Da sua estratégia constava, alegadamente, o domínio sobre todos os Curtumes

³⁷ Francisco devia conhecer, ao menos, pelos jornais, as considerações dos políticos sobre as necessidades do desenvolvimento manufatureiro do Brasil, nomeadamente, no setor dos curtumes, como o que podemos ler na discussão parlamentar de 20 de agosto de 1846: “Uma nação que ainda manda em bruto para os mercados da Europa o couro do gado das suas estâncias e importa-o depois em obra (...)”.

³⁸ Os sócios eram, além de Francisco, Roques Fulcrand e filho, Jean Grimes, Joseph Killian e Antoine Thomé e filho. Todos os franceses eram curtidores e surradores estabelecidos no Rio de Janeiro, tal como é assinalado no *Almanak Administrativo* (...) para 1848.

importantes da capital³⁹, a compra das boiadas de uma forma astuciosa, a criação artificial de escassez de gado — guardado em curros e pastos próprios longe da vista de todos —, gado que fariam aparecer quando os preços do mercado fossem convenientes.

Aquele “Comunicado” anônimo dava o mote às “hostilidades” que iriam percorrer a imprensa ao longo de vários anos, com acusações que foram subindo de tom, à medida que os negócios de Francisco prosseguiam e se alargavam, tanto nos objetivos como nas pessoas envolvidas. Se bem que, a polémica tenha perpassado, sobretudo nos jornais do Rio como o *Diário do Rio de Janeiro*, *O Republico*, *O Grito Nacional*, *O Correio Mercantil*, o *Jornal do Comércio*, *O Correio da Tarde*, *O Velho Brazil*, a *Marmota Fluminense*, *A Pátria*, *O Propheta* ou o *Periódico dos Pobres*, entre outros, também teve eco nos jornais de outras paragens como *O Brado do Amazonas*, o *Diário de Pernambuco* ou *O Liberal Pernambucano*. Com isto, a visibilidade de Francisco tornou-se imensa, desaparecendo, por detrás dele, todos os outros envolvidos nos negócios da dita “sociedade”. O comércio das carnes verdes para abastecimento da população crescente do Rio de Janeiro tornara-se um dos pontos quentes da política local e nacional, com fortes reflexos na opinião pública e nas disputas políticas do Congresso. Só por si, este tema em torno do papel de Francisco e suas sociedades, daria largas páginas, objetivo não exequível neste artigo.

Assim, na imprensa que lhe era favorável⁴⁰, ele surgia como o imigrante empreendedor, lutando por um sucesso pessoal, muito desejado, mas também honrado adepto do progresso e do desenvolvimento da terra onde escolhera viver e a bem do qual ia dispondo dos seus capitais. Francisco poderia ser visto como um caso “exemplar”. Em escassos anos, passara de modesto caixeiro a homem de negócios com substanciosos cabedais e, nesta qualidade, fora acumulando a condição de detentor de um importante Curtume em S. Cristóvão, de negociante de gado *vacum*,

³⁹ O único Curtume importante que não aderiu ao grupo “monopolista” foi o do francês, J. F. Derenusson, que abandonou o negócio a troco de uma “renda” mensal que lhe era paga pela sociedade. Publicitou nos jornais o aluguer das instalações que deixava na Praia Formosa “para qualquer outro estabelecimento que não seja para cortir, surrar ou mesmo guardar couros (...)”, in *O Despertador* (...), 1849.

⁴⁰ Ele foi várias vezes acusado pelos seus detratores de comprar essa imprensa.

de proprietário de numerosos açougues no Rio, acionista e diretor de várias instituições⁴¹, etc. Por estas razões e por ser português, reuniu também ódios por parte dos que se assumiram contra os “estrangeiros”, particularmente das correntes lusófonas, mas também de todos aqueles a quem os seus negócios (correta ou incorretamente) vinham pôr em causa interesses instalados.

Francisco e “associados”, trabalhando em sintonia, tornaram-se, rapidamente, os mais importantes negociantes na compra e abate de rezes, monopolizando a transformação das peles e vendendo a carne a preços estabelecidos, com peso garantido e com boas condições sanitárias nos designados “Talhos Monstros”⁴² e ⁴³. O grupo, alegadamente, pretendia responder – com os óbvios dividendos – às crises do abastecimento de gado bovino à capital, que colocavam a população perante a escassez, os altos preços e a péssima qualidade, tanto do produto como dos lugares de venda.

Isto eram argumentos que colhiam entre os seus apoiantes. A este propósito, o *Periódico dos Pobres* do Rio de Janeiro de 1854, em notícia intitulada *Venda de carne verde em Nitheroy*, afirmava:

Parabéns ao sr. Mello. Os moradores de Nitheroy sofriam há muito com a venda de carnes nesses açougues (...) graças ao muito digno e honrado cidadão o Ilustríssimo Sr. Francisco José de Mello e Souza que mandou para ali carne muito boa para se vender a 120 reis [a libra], preço que sempre será sustentado, como o tem sido nos seus açougues monstros na Corte (...). Viva o Sr. Mello.

O *Correio da Tarde*, em novembro de 1855, não sendo tão entusiasta, deixava também um comentário elogioso, em artigo de opinião:

⁴¹ Para além das ações que possuía do Banco do Brasil, onde se situava quanto ao número de ações num lugar cimeiro, logo atrás da Imperatriz e da rainha de Portugal, foi acionista da Empresa Tipográfica 2 de Dezembro, da Companhia Geral de Seguros Feliz Lembrança, acionista e membro da direção da Companhia Tranquilidade de Seguro de Vidas Livres e de Escravos, acionista do Banco Rural e Hipotecário, membro da Junta Inspetora da Companhia Tutora Brasileira de Seguros, entre outros.

⁴² Entre 1856 e 1858, Francisco tinha 30 talhos em seu nome no Rio de Janeiro.

⁴³ Alexandre Macchione Saes y Elton Rodrigo Rosa, “Mercado pontual: atuação estatal na formação da feira de gado de três corações (1900-1920)”, *Estudos Económicos*, 2013, Vol. 43, N.º 4, pp.745-772. [online].

[Francisco José de Mello e Souza é] um homem cheio de tino e actividade, arrostando tudo e procurou melhorar as condições de venda da carne verde (...). Em lugar dessas espeluncas asquerosas onde a carne se vendia imunda ao pobre povo, se levantaram belas casas.

Do outro lado da barricada, os ataques saíam cerrados numa imprensa que se dizia pretender defender os interesses dos pequenos produtores de gado, e que transcrevia opiniões demolidoras sobre os “sócios”, “formidáveis ladrões e assassinos estrangeiros”,

(...) miseráveis, audaciosos e insolentes estrangeiros (...) dos quaes é chefe o galego Francisco José de Mello e Sousa, (...) a carne fresca é monopólio de três miseráveis estrangeiros, à testa dos quaes se acha um, há bem pouco tempo desgraçado caixeiro de uma casa de couros possuindo apenas os inseparáveis tamancos e hoje é o monopolista mor do reino, o galego Francisco (...)⁴⁴.

Essas campanhas prolongaram-se, com *O Grito Nacional* a denunciar a subida de preços da carne nos inícios de janeiro de 1854, exigindo a intervenção da polícia, explicada por falta de gado para abate, clamando que estavam centenas de reses nos arredores da cidade, cuja entrega aguardaria a subida de preços, (nos primeiros quatro dias do ano, a carne verde chegou a atingir os 320 réis a libra, descendo depois da intervenção policial a 120 réis). O nome apontado como chefe dos monopolistas era, como sempre, o do “galego Mello e Souza”, que acabava de comprar vários açougues e negociava a compra de outros, “para que só ele fique em campo, vendendo só ele a retalho a carne fresca do gado, que exclusivamente só ele vende no matadouro”. E transcreviam informações do chefe da polícia da Corte, insinuando que Mello e Souza seria, apenas, o responsável por uma companhia oculta que pretenderia chamar a si todo o negócio das carnes verdes, pois até deixara de ceder carnes aos retalhistas nos matadouros, alegando que seria necessária para os seus talhos, ao mesmo tempo que representantes seus dificultavam a compra de reses oferecendo preços mais elevados⁴⁵.

⁴⁴ *O Grito Nacional*, de 1853.

⁴⁵ *O Grito Nacional* de 7, 14 e 25 de janeiro de 1854.

Estas denúncias, que vinham dos pequenos retalhistas da concorrência, viravam-se contra “o estrangeiro”, o “galego”, sendo, porventura, exageradas na tradicional expressão da lusofobia que via no comerciante de origem portuguesa o causador de todos os males, em especial nas subidas de preços. Eram, porém, atenuadas e explicadas por outros jornais, como o *Jornal do Comércio*, que o *Grito Nacional* considerava, por isso, também como “estrangeiro”, por servir a causa do “galego”. Os ataques sofridos levaram Francisco a ripostar, fazendo publicar diversa correspondência que, a seus olhos, o ilibava das acusações que lhe eram dirigidas⁴⁶:

Sr. Redactor, prometi ao seu jornal do dia 10 continuar a publicar novos documentos, sempre irrefragáveis, para destruir a gravíssima e injusta acusação que alguém fez pesar sobre mim de haver eu formulado e dirigido o monopólio das carnes verdes, fazendo encarecê-las, retendo as boiadas com o fim de obter um contracto. Sirva-se pois V. M. de publicar na sua folha de amanhã os documentos inclusos, enquanto não recebo outros que espero, para provar que gado havia em Santa Cruz quando se afirmou haverem lá 1.300 rezes pertencentes aos monopolistas (...).

Toda a refrega jornalística demonstra a importância crucial do tema para um universo bem significativo da população: dos fornecedores de gado provenientes de Minas, aos consumidores – “as duzentas mil bocas que [era] preciso alimentar na capital do Império”, das autoridades responsáveis pelo abastecimento, aos “atravessadores”.

Como parecia ser seu objetivo inicial, Francisco e os seus associados avançaram, depois, com os seus atos e argumentos para a constituição de uma “Associação para a Indústria dos Curtumes e da sua anexa necessária, a venda das carnes verdes”, a designada “Companhia dos Curtumes” ou também Companhia do Rio de Janeiro, tanto mais que a publicação do Código Comercial, em 1850, viera facilitar/estimular a criação de sociedades anónimas e comanditas, que proliferaram. Em setembro de 1854, o jornal *O Profeta* divulgava um ofício da polícia, pouco tranquilizador, sobre a transparência com que estava a ser tratada a negociação

⁴⁶ Em 1851, Francisco para a sua atividade como negociante de gado *vacum*, abriu instalações na rua do Imperador a S. Cristóvão do Curtume e na ilha das Moças.

para esse efeito, revelando que as ações da dita companhia, que ainda não tinha existência legal, tinham já sido vendidas de forma particular. Boato para dificultar o processo? Na verdade, as diligências arrastavam-se. Havia rumores que passavam para os jornais de que o Chefe de Polícia da Corte assegurara a aprovação, enquanto a Câmara se lhe opunha. Só em 24 de agosto de 1855, o *Correio da Tarde* veio, aparentemente, antecipar notícias: “Consta que os estatutos da companhia dos curtumes e carnes verdes, de que é diretor o sr. Mello e Souza foram aprovados com emendas pelo governo imperial”. A expectativa saiu, no entanto, falhada e no pior dos cenários. Desse modo, em janeiro de 1856, era publicado na imprensa o seguinte anúncio:

Não se tendo effectivamente incorporado a Companhia de Cortumes como Sociedade Anonyma, por motivos alheios à minha vontade. Os Srs accionistas que em confiança realizaram parte das respectivas entradas são convidados a vir receber desde hoje, do meio dia às 3 horas, no meu escritório na rua de S. Pedro n.º 69 as quantias que me entregaram e os juros de mora”. 29 de janeiro de 1856. Francisco José de Mello e Souza.

Publicamente, Francisco assumia o desaire do projeto e ressarcia aqueles que haviam confiado nele. Pelo caminho, tinham ficado alguns dos primitivos “associados”, entretanto regressados à Europa⁴⁷. Francisco, no entanto, continuou a dar a sua confiança a outros negociantes estrangeiros, conhecidos da rua da Quitanda, como António Thomé, António Pedro Dufour, J. Killian e Francisco das Chagas Andrade, este também Comendador, que se dedicara antes ao comércio e venda de escravos. A aliança com novos “associados” não diminuía, contudo, o descontentamento das “hostes” contrárias a Francisco.

Em todo o caso, continuando o seu papel de arrematante de contratos e negociante de gado, mantinha uma supremacia significativa no negócio das carnes verdes, paralela à indústria de couros. Para termos uma ideia da sua preponderância local, podemos olhar as sucessivas indicações da distribuição do abatimento de reses no matadouro pelos diversos

⁴⁷ Essa situação aconteceu com os “franceses” J. Grimes, que regressou em março de 1853, e Fulcrand Rocques, que o fez em abril de 1854.

açougueiros cujas indicações tinham publicação regular na imprensa. Por exemplo, em março de 1855, foram abatidas no matadouro público do Rio de Janeiro, 5799 reses, das quais 3449 por conta de Francisco José de Mello e Sousa; 795 por José Pereira Cardoso; 875 por Raymond; 612 por A. P. Dufour; 31 por Zelino Pinto de Miranda; 14 por Guegencec; 20 por José PedroCutta; 1 por Cândido A. Coelho; 1 por Carlos Vallegua; 1 por Francisco Pereira de Araújo; 1 por M. Miller; 1 por António José. O que dava um consumo diário da cidade de 193 reses em média, com Francisco José de Mello e Souza a assegurar 60% do abastecimento. Estes indicadores que terão tido o ponto mais alto na década de 1850, terão declinado posteriormente, mas, por 1860, Francisco ainda detinha 30 açougues no Rio de Janeiro.

A Associação Central de Colonização

A notoriedade ganha com a campanha da Companhia de Curtumes permitiu a Francisco, apesar de tudo, granjear apoiantes, abrindo-lhe espaço entre a opinião pública para se envolver num outro negócio, aparentemente promissor. Com o fim do tráfico atlântico de escravos, proibido em 1850, surgia um empenho acrescido no engajamento de colonos europeus para colmatar a procura de mão-de-obra para a lavoura. Assim, o governo imperial empenhou-se no movimento de colonização, favorecendo a criação de uma Associação Central de Colonização, para contratar com o governo a introdução de braços europeus para a lavoura. Nesse contexto, em maio de 1856, os acionistas reuniram-se no salão da Praça do Comércio para eleger a direção⁴⁸. Entre os membros eleitos, constava Francisco José de Mello e Sousa. Em março do ano seguinte, era publicado o contrato feito pelo governo com a Associação, para a importação de cinquenta mil colonos. Após o seu registo no Tribunal do Comércio e a publicação dos Estatutos, foi dado início à sua plena laboração.

Dada a importância estratégica do projeto, desde o primeiro momento que a imprensa ia estar atenta ao desenrolar dos acontecimentos. Fran-

⁴⁸ *O 13 de Maio*, boletim do dia 22 de maio de 1856. Contém os resultados da eleição, os discursos da ocasião e os objetivos da Associação.

cisco, apesar de ocupar um discreto lugar na direção, nunca chegando a presidente, iria, mais uma vez, ser alvo de ataques dos seus detratores:

O governo contratou com a Associação Central de Colonização a introdução de 50 mil colonos mediante condições mui vantajosas para a associação (...) e apesar dessas vantagens que lhe concedeu o governo, corre que os acionistas não acudirão à chamada porque não teem confiança nenhuma na empresa — primo — porque à frente dela aparecem o marquez de Abrantes e o Mello carneiro, e não sei que má estrella acompanha estes dous patriotas que perdem tudo em que se metem — secundo — porque o Mello empregará o nosso dinheiro somente em transportar para aqui a população toda dos Açores, para fazer a fortuna desses miseráveis à custa da nossa desgraça (...) ⁴⁹.

Em maio de 1858, aportava ao Brasil a galera Aurora com a primeira remessa de colonos, remetida pela agência no Porto. A esta iam seguir-se outras através da mesma agência. Mas a continuação da história é conhecida... Com a chegada dos primeiros colonos percebia-se que os objetivos da Associação estavam a ser gorados. Se havia muitos homens de ofícios à procura de trabalho nas cidades, faltavam braços para a lavoura. Um grande número dos recrutados não tinha qualificação adequada, outros queixavam-se de ter sido ludibriados pelos engajadores, com falsas promessas quanto às condições de trabalho, de alojamento, etc. Fruto do mal-estar que se desenhou, quer no Brasil, quer nos países de recrutamento, surgiram dissidências e demissões nos órgãos dirigentes. O grande empreendimento caía pela base. Em consequência, em 30 de abril de 1864, a imprensa brasileira publicava o anúncio da Associação a convidar os acionistas a levantarem o capital a que tinham direito, ocorrendo o ato formal de dissolução a seguir em 1865.

Companhia de Ferro Carris da Tijuca

Paralelamente à sua atividade principal e na direção da Associação Central de Colonização, Francisco envolveu-se, a partir de 1857, em mais um grande projeto, na sequência do Decreto de 29 de março de 1856, que

⁴⁹ *O Correio da Tarde*, 1856.

autorizava a organização no Rio de Janeiro de uma Companhia que estabelecesse, por meio de carris de ferro, a condução de pessoas e gêneros, desde o Largo do Rocio até ao lugar da Boavista, na Tijuca. Recebera esse privilégio o Dr. Thomas Cochrane, que o veio a ceder à Companhia de Ferro Carris da Tijuca, representada pelos seus três diretores, de conhecidos créditos e idoneidade na praça: Francisco José de Mello e Souza, Alexandre Taylor e António da Rocha Miranda e Silva⁵⁰. A Companhia comprometia-se a construir a estrada de carris em dezoito meses, com doze trens para passageiros e doze para transporte de carga. No arranque da obra, esteve presente o Imperador e pessoas gradas da Corte, bem como os primeiros acionistas. O ambiente era de festa.

Pela Exposição do Visconde de Mauá aos seus credores⁵¹, podemos conhecer as condições e a progressão do projeto que não seduziu o Visconde e que se recusou mesmo a apoiá-lo: “Declarei ao Dr. Cochrane que não contasse comigo para nada; que apenas subscreveria algumas poucas ações, para que se não dissesse que deixava de aparecer o meu nome em uma empresa útil”. Essa falta de apoio ameaçava, por certo, a adesão de acionistas, pelo que o núcleo organizador teve de subscrever partes substanciais de capital e a Companhia realizou um grande empréstimo com o Banco Mauá, mas sob responsabilidade individual das firmas dos diretores da empresa, que tinham excelente reputação financeira, além de outras obrigações a terceiros.

Apesar dos sinais de alarme, em janeiro de 1859, seria concluído o primeiro troço do percurso, que suscitou uma viagem de inauguração para a qual foram convidados os acionistas, pessoas importantes da sociedade carioca e alguma imprensa. Missa, almoço, brindes e discursos pontuaram os festejos. Na detalhada notícia de *O Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro, era referido a dado passo:

⁵⁰ Em 22 de maio de 1856, *A Pátria* noticiava: “A Companhia da estrada de ferro da corte à Tijuca elegeu ante-hontem a sua directoria da seguinte maneira: Francisco José de Mello e Souza – 645 votos; Alexandre Taylor – 539 votos; António da Rocha Miranda e Silva – 517 votos”.

⁵¹ Elisiane Silva, *et al.* (Org.), *Mauá: o desafio inovador numa sociedade arcaica*, Brasília, F.U.G, 2011, pp. 108-111.

O primeiro brinde foi o do Sr. Dr Cochrane dirigido à directoria da sua companhia: Senhores, todos conhecem e podem avaliar o que tenho feito com perseverança em prol de uma empresa que annuncia tantos bens à populosa e comercial cidade do Rio de Janeiro. O que porem não podem avaliar é a proteção generosa que nos meus maiores apuros encontrei nos dignos directores da companhia, os Srs. Francisco José de Mello e Souza, Alexandre Taylor e Antonio da Rocha Miranda e Silva. Em louvor desse patriotismo, dessa dedicação à prosperidade do paiz ... Vivam os directores da companhia da estrada de ferro da cidade à Tijuca!

Esta aparente euforia iria durar muito pouco. Sobreveio o desastre financeiro, a assembleia-geral entregou a Companhia ao Banco, para solver parte da dívida, e os diretores tiveram de assumir as suas responsabilidades.

A partir daqui, ia desenhar-se um futuro de adversidades para Francisco e sua família. Os adiantamentos pedidos ao banco Mauá com responsabilidade pessoal dos diretores foram executados. Por escritura pública de 28 de setembro de 1860, Francisco declarou-se pessoalmente devedor da importância de cerca de 2.052:469\$000, dos quais 842:365\$000 a crédito de Mauá, comprometendo-se a pagá-la no prazo de 45 meses, juntamente com a sua mulher, e dando em garantia a hipoteca de todos os seus bens de raiz, móveis e semoventes.

A estrela ascendente de Francisco José de Mello e Souza empalidecia, apesar de, em paralelo, ter assumido outras responsabilidades diretivas, integrando em 1858, a primeira diretoria do Banco Commercial e Agrícola.

Mas a Companhia de Ferro Carris da Tijuca foi a sua última participação num grande empreendimento, tinha apenas 44 anos e uma grande família a cargo. Se os curtumes e os talhos lhe tinham permitido voar financeiramente, dando-lhe o estatuto social de grande negociante, as iniciativas coletivas levaram-no à ruína, esvaziando-lhe rapidamente os capitais antes acumulados.

Desenvolveu duros esforços para permanecer no comércio, diversificando as atividades. Nessa medida, em 1862, tornou-se agente da marca de máquinas de costura Grover & Baker⁵², anunciando na imprensa, com

⁵² A Grover & Baker Co., de Boston, Massachusetts, foi uma empresa fundada por

imagens esclarecedores, o enorme sortido de máquinas recém-chegadas de Nova York e, atestando pelo seu nome, a excelente qualidade dos produtos em venda.

Pouco tempo depois, aceitava sociedades no seu ramo pessoal, mantendo-se no negócio das carnes com que construíra grande parte da sua fortuna, mas fazendo um contrato comercial com Luís Francisco da Silva⁵³ em “comércio de venda de gado e de carne verde nesta corte e na província do Rio de Janeiro, com o capital de 50.000\$000 sob a firma de Mello Souza e Silva”⁵⁴. Em 1870, ainda mantinha seis dos “talhos monstros”, em concessão, com a firma Francisco José de Mello e Souza, Carvalho e C^a. Neste ano, iniciou-se um processo judicial colocado pelos administradores da massa falida de José Souto: Francisco foi condenado e, com isso, veio a perder uma das propriedades que ainda possuía no Rio, uma casa de sobrado na movimentada rua da Quitanda⁵⁵.

A derrocada foi rápida e estrepitosa, tal como tinha sido a sua ascensão. Esta era uma das características de muitas das fortunas construídas no Novo Mundo, num tempo marcado pelo entusiasmo dos melhoramentos materiais, para os quais avançavam alguns empresários de forma voluntarista, sem os conhecimentos técnicos adequados, nem capacidade de previsão para desafios financeiros que, um pouco por todo o lado, se revelavam inultrapassáveis. Foi o caso dos caminhos de ferro, verdadeiros sorvedouros de capital, quando não se desenvolviam com as garantias do Estado financiador. Os desafios das novas sociedades em expansão, que trabalhavam financeiramente “sem rede”, apanhavam na sua voragem “industrialistas” como Francisco, que acreditavam que o progresso trazia sempre consigo oportunidades de negócio que era preciso ter a audácia de agarrar, como preconizava o liberalismo otimista e empreendedor do catecismo de Jean Baptiste Say, vulgata em grande circulação.

dois pioneiros das máquinas de costura, que eram das de melhor qualidade alguma vez fabricadas.

⁵³ No *Almanak administrativo* correspondente aos anos de 1864-1865, Luís Francisco da Silva aparecia como proprietário e residente em S. Cristóvão.

⁵⁴ No *Almanak administrativo* para 1865, na rubrica Negociantes e Fornecedores de gado vacum, surgia a firma Mello Souza e Silva, na Rua da Quitanda, 197.

⁵⁵ *O Globo*, de 19 de novembro de 1875.

Contudo, se esse “empreendedorismo”, mesclado de entusiasmo e da aparência de estar na posse de uma grande fortuna, pode explicar, em certa medida, a confiança que lhe votaram tantos dos seus admiradores, também é certo que Francisco construiu, integralmente, um “personagem”. Partindo da condição simultânea de caixeiro e de estrangeiro, deve ter percebido bem cedo que não bastava ter dinheiro. Os dichotes com que o brindaram muitas vezes na imprensa não deixam margem para dúvidas. Procurou assim o reconhecimento social que lhe traria respeito e reconhecimento, sabendo aproveitar as oportunidades para o efeito. Contribuiu, de forma expressiva, para as despesas da recuperação da nau portuguesa Vasco da Gama, vítima de uma tempestade às portas do Rio de Janeiro. Esse gesto iria valer-lhe ser distinguido, aos 35 anos, em 1851, com a prestigiada Ordem da Torre e Espada pela rainha D. Maria II, ficando, desde logo, comendador. Esteve, por outro lado, sempre perto dos atos de consideração para com as figuras imperiais, que lhe iriam outorgar a Ordem da Rosa. Nesse contexto, recorde-se que Francisco, por exemplo, não deixou de contribuir, generosamente, para a construção da estátua equestre do imperador D. Pedro I e integrou também, em 1860, a Comissão de Honra da subscrição da freguesia do Engenho Velho, “para festejar a feliz chegada de SS. MM. Imperiais no seu regresso a esta corte”, com a quantia substancial de 200\$000 rs. Numa outra linha de gestos “representativos”, visando o poder local, com o donativo de 5 200\$000, fez à sua custa o aterro de toda a rua do Imperador, onde vivia e tinha uma parte do seu negócio, “com o patriótico e generoso intento de prestar um benefício público, tornando-a de insalubre e de péssimo trânsito que até aqui era, em uma das melhores ruas da freguesia do Engenho Velho”, segundo o agradecimento que lhe foi dirigido em ofício da Câmara Municipal, aprovado em 23 de setembro de 1854, e publicado no *Jornal do Comércio*⁵⁶.

⁵⁶ *Jornal do Commercio*, de 27 de setembro de 1854. Esta atitude de Francisco mereceu de um anônimo um comentário na imprensa adversa, face à publicação do ofício da Câmara em agradecimento pelo aterro feito: “Essa rua tem poucas casas e esse mesmo sr. Mello é o proprietário dos maiores terrenos dessa rua, com esse aterro deo valor a esses seus terrenos. Quando a esmolla é grande o pobre desconfia! (...)”. In *O Propheta. Jornal Político*, de 30 de setembro de 1854. Na realidade, o comentador anônimo enganava-se parcialmente. Os terrenos em que a rua do Imperador se inseria eram do Hospital dos Lázaros e geridos pela Irmandade do SS. Sacramento da Candelária, tendo sido parcialmente

Toda essa visibilidade criara-lhe admiradores cientes das suas capacidades e, mesmo face aos fracassos, Francisco não deixou de ser solicitado por instituições em crise financeira. Em 1859, o teatro Lírico Fluminense, que estava em risco de falência, viu a sua Direção demitida e substituída por um Conselho Fiscal, que integrava Francisco. O *Courrier du Brésil*, referindo-se aos cavalheiros que tinham a missão de salvar o teatro, julgava-os como “*personnages riches et considérés*”. Francisco marcava pontos, ao vir dar o seu apoio a uma instituição de inegável prestígio cultural.

Pela mesma altura, o jornal *Diário do Rio*, decano da imprensa brasileira, enfrentava também a falência. Francisco foi um dos novos acionistas que procuraram resgatá-lo, talvez porque visse proveitos em alargar os seus interesses para a imprensa. Seria, por certo, muito útil, depois da experiência com as polémicas nos jornais pelo seu negócio com a compra, venda e o abate de reses. A assembleia de acionistas reunida em março de 1859 votou, de forma expressiva, em Francisco para a presidência.

Importa recordar, ainda, para completar o “retrato”, que Francisco não descurou a participação em atividades religiosas e de beneficência, que eram apanágio e função adjuvante dos endinheirados. Assim, distribuiu muitas dádivas em dinheiro e integrou os corpos organizativos de diversas agremiações. Entre elas, contam-se a Ordem Terceira de N. S.^a do Carmo, de que foi Prior, a Associação de S. Vicente de Paulo, de que foi Presidente do Conselho, a Ordem Terceira de N. S.^a do Carmo e Boa Morte, de que foi Juiz da Administração, assim como da Irmandade da Devoção a N. S.^a do Cabo da Boa Esperança. Foi ainda Definidor da Ordem Terceira dos Meninos de S. Francisco de Paula e da Ordem Terceira de S. Francisco da Penitência, integrando também a Comissão para a construção de uma capela no Morro de St.^a Teresa, para serviço dos seus habitantes.

Na ação representativa do seu estatuto, junto das agremiações religiosas e caritativas, também assumiu papel a esposa Maria Amália que, du-

aforados a Francisco. Com a morte dele, porque os herdeiros não renovaram a carta de aforamento, nem pagaram o foro, foram citados como incertos pelo Tribunal, em ação interposta pela Irmandade, em 5 de janeiro de 1914, para dar como extinto o aforamento. In *Jornal do Commercio* de 14 de janeiro de 1914.

rante cerca de vinte anos, acompanhou o marido nessas responsabilidades sociais. Ela foi, por exemplo, Juíza da Irmandade do Divino Espírito Santo da freguesia de St. Ana e da matriz de St. Rita; Priora da Ordem Terceira de N.^a S.^a do Monte do Carmo, Zeladora da Ordem Terceira de S. Francisco da Penitência e da Imperial Irmandade do Senhor dos Passos, Vigária do Hospital da Ordem Terceira dos Mínimos de S. Francisco de Paula, sendo os seus atos reconhecidos publicamente:

A Illma Sra. D. Maria Amalia de Souza, digna esposa do Illm. Sr. Francisco de Mello e Souza acaba de eternizar o seu nome prestando-se com 1:000\$000 para a feitura da imagem de N. S. da Conceição, que se há de venerar na linda capella que se está elevando na rua de S. Januário, em S. Christovão, a expensas dos devotos. Esta oferta tornada mais considerável, por ser feita depois do seu marido ter concorrido com uma importante quantia para a edificação do templo⁵⁷.

A vida de Maria Amália, nos tempos felizes, não transpareceu para a imprensa, salvo por força das referidas ações religiosas ou de beneficência. Porém, na fase de declínio da família, há uma participação inesperada, no que poderíamos chamar um reclame publicitário. Em 29 de novembro de 1878, saiu em vários jornais um texto, entre as publicações a pedido, da responsabilidade de um homeopata que apresentava “um facto clínico”, o da “Sra. D. Maria Amalia de Mello e Souza, esposa do sr. Comendador Francisco José de Mello e Souza (...)”. Contava, depois, o especialista a “história clínica” de Maria Amália, vitimada “pelas erysipelas” na perna direita, que lhe davam frequentes padecimentos há vinte anos, e que lhe haviam provocado uma “lymphatite na perna direita”. Com os tratamentos homeopáticos prescritos, Maria Amália apresentou, segundo ele, enormes melhoras. Seguiu, como é óbvio, para os interessados a indicação do tratamento e o endereço do consultório. Dois anos depois, os jornais noticiaram a morte de Maria Amália, de “hépatopneumo-pleurisia”. Tinha, então, 59 anos⁵⁸.

⁵⁷ *O Velho Brasil*, de 21 de setembro de 1854.

⁵⁸ *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 16 de março de 1880, no obituário correspondente ao dia 13.

Esta morte era para Francisco mais um episódio de uma longa lista de tragédias pessoais, iniciadas com a morte, em 1872, do seu filho António e de um filho deste, de varíola, a que se seguiu a morte de Carlos José, aos 25 anos, de tuberculose, deixando também uma criança órfã, e o passamento, em 1876, da sua filha Maria da Conceição. Porém, o óbito de Amália era o anúncio de um crepúsculo já sem amanhã.

Em 23 de março, desse ano de 1880, um anúncio do *Jornal do Commercio* colocava termo a uma última tentativa de Francisco em permanecer no negócio dos curtumes, desta vez, com o seu filho Ireneu Evangelista⁵⁹, com quem tomara de trespasse, três anos antes, o “estabelecimento de surraria de sola e de peles” do seu falecido vizinho Estevan Vaillé:

D. Carlota Vaillé declara que reassumiu a seu cargo a oficina de surraria de couros de sua propriedade, sita na rua do imperador n. 4, em S, Cristóvão, visto os srs. Irineo E. de Mello e Sousa e seu pai, o comendador F.J. de Mello e Sousa, não terem cumprido fielmente o trato verbal que haviam feito; outrossim, declara que não se responsabiliza por qualquer quantia ou despesa que os mesmos senhores tenham feito, durante o tempo, que estiveram de posse da mesma oficina. Rio de Janeiro, 2 de março de 1880. – Carlota Vaillé.

Este desaire levou Ireneu a partir para Queluz (SP), na peugada do seu irmão João de Deus que, forçado a abandonar o seu sonho de concluir o curso de Direito, não conseguira mais que um modesto emprego no Rio. Em 1882, os dois irmãos já estavam a viver em Queluz^{60/61}, onde fundaram uma pequena escola – o “Collegio João de Deus”. Porém, um ano depois, em 23 de julho, o pai, Francisco José, e demais família, anunciavam o falecimento, a 16 desse mês, de Ireneu, em Queluz. Para ali, também tinha ido em busca de emprego, o irmão engenheiro António José que, em 3 de maio do ano seguinte ali falecia. O jornal *Brasil* noticiava a propósito: “O finado deixa viúva e filhos na maior pobreza”.

⁵⁹ Este filho de Francisco recebeu o nome próprio do seu amigo barão de Mauá. Terão sido, também, compadres?

⁶⁰ Em 13 de julho de 1883, Ireneu já surgia como professor em Queluz, S. Paulo, figurando numa lista de um agradecimento público transcrito no *Jornal do Commercio*.

⁶¹ Confira-se, a propósito, *Os meninos de Queluz*, belíssimas memórias de João Baptista de Mello e Souza, publicadas em 1949.

Na sequência do destino ruinoso dos negócios, Francisco José Mello e Souza perdeu tudo. Em 1883, viu ser arrematada em praça a sua casa da rua do Imperador, n.º 3⁶². Não obstante, ali continuou a residir, por complacência de quem a adquiriu. Foi lá que morreu, três anos depois, em junho de 1886⁶³, viúvo, doente e afastado da vida que tivera. Os anúncios do funeral, no sábado, 19 de junho, deixam-nos entrever a família que lhe restava no Brasil, entre filhos, sobrinhos, genros, noras e primos. Todos convidando outros parentes e amigos a acompanharem o féretro, às 11 horas da manhã, da casa da rua do Imperador para o cemitério da Ordem Terceira do Monte do Carmo⁶⁴.

Alguns jornais fizeram eco do sucedido, recordando-o como o fundador da indústria dos curtumes no Rio, mas também pelo seu espírito culto e ânimo diligente. Um dos textos, mais alongado, relembrava todo o seu percurso que era, na opinião do redator, a de um dos mais empreendedores vultos do comércio do Rio de Janeiro:

Começando como simples caixeiro a sua carreira, as suas grandes aptidões e atividade asseguraram-lhe uma importância considerável, que se traduziu durante anos em extraordinária influência, que ele aplicou à criação de um dos mais importantes estabelecimentos industriais que esta capital jamais possuiu e possuirá — o curtume em S. Cristóvão. Para assegurar a esse estabelecimento a matéria prima teve Mello e Souza de empreender a criação de açougues Monstros, pondo quase exclusivamente sob o seu domínio as transações com os criadores mineiros. Desses grandes cometimentos apenas resta a lembrança, e o vasto edifício, hoje 1º regimento de artilharia e do 1º de cavalaria; assim como de grandes cabedais pouco mais resta do que uma ação contra o Tesouro. Mello Souza que era condecorado com a Ordem da Rosa e com a Ordem de Cristo (de Portugal), há muitos anos vivia retirado na sua casa da rua do Imperador, visitado apenas

⁶² “Arrematações Judiciais. Em praça do Juízo dos Feitos da Fazenda Nacional, que terá lugar às portas da Relação no dia 7 do corrente, às 12h da manhã serão arrematados os bens seguintes: ...O prédio n.º 3 da Rua do Imperador, a Francisco José de Mello e Souza”. In *Jornal do Commercio* de 4 de julho de 1883.

⁶³ A nota do seu falecimento, na listagem dos óbitos diários no Rio de Janeiro, indicava: “O brasileiro Francisco José de Mello e Souza, 71 anos, viúvo, morador e falecido na rua do Imperador n.º 3. Aneurisma da carótida primitiva direita e pleurisia intercorrente”.

⁶⁴ Ali se referiam os filhos Joaquim (Quincas) e João de Deus, a esposa deste, Carolina, e a neta Lidia, o genro capitão Júlio Fernandes de Almeida, esposa e filho, o sobrinho Afonso Henriques.

pelos seus amigos mais íntimos e parentes, conservando sempre a mais perfeita lucidez de espírito (...) ⁶⁵.

Se a derrocada financeira de Francisco contribuiu para o quase total apagamento da sua memória no Brasil, exceção feita aos historiadores desse período, muito poucos cariocas saberão hoje a quem foi dedicada a rua de Mello e Souza ⁶⁶.

Porém, Francisco, se pessoalmente esquecido, acabaria por ter na sua descendência direta personalidades de relevo intelectual, sendo de sublinhar, entre outros, os seus netos, filhos de João de Deus, o escritor, jornalista e historiador João Baptista de Mello e Souza e o escritor e notável pedagogo da matemática, Júlio César de Mello e Souza (1895-1974) – ou Malba Tahan ⁶⁷.

⁶⁵ *Diário de Notícias* (RJ) de domingo, 20 de junho de 1886, *in memoriam* em 1.ª página.

⁶⁶ Em relação a Francisco José de Mello e Sousa surgem, de vez em quando, alguns problemas de identificação na historiografia brasileira. Vários trabalhos da área da história económica referem a sua atividade relacionada com os negócios do gado, couros e carne, bem como os confrontos suscitados, mas apontam-no como mineiro, deslocado no Rio de Janeiro, para dar sequência aos negócios de criação de gado de uma pretensa família mineira. Alguns autores ligam-no, pela semelhança dos apelidos, ao Barão de Cambuí, João Cândido de Mello e Souza, fazendeiro abastado e um dos maiores criadores de gado do Sul de Minas. Este forneceria cerca de 200 reses anuais para o Rio de Janeiro – número que representa cerca de 5% daquilo que era o abate da responsabilidade de Francisco na década de 1850. Esta circunstância parece ser mera coincidência, tanto mais que, do lado da família de Francisco, os apelidos variaram e o “Mello e Souza”, com sonoridade nobilitante, usado pelos irmãos, parece corresponder a um velho hábito dos portugueses no Brasil se afidalgarem numa sociedade imperial, e fugirem, assim, aos simples Manéis e Joaquins com que eram vulgarizados os portugueses. Isto não invalida outra hipótese: que Francisco tivesse diretamente negócios com os criadores de gado das Minas, nomeadamente, na sua fase inicial no Brasil, quando ao serviço dos tios e das suas lojas de curtumes e, por isso, tenha sido conotado com a região, situação que não pudemos apurar.

⁶⁷ Júlio César nasceu em 6 de maio de 1895 e faleceu em 1974. O dia do seu nascimento é comemorado no Rio de Janeiro como o dia da Matemática. Alguns trabalhos apontam a família original de Júlio como sendo portuguesa, de Alcobaça. Uma possível explicação pode assentar numa confusão entre lugar de Mosteiro, e paróquia de Abragão, do concelho de Penafiel, no distrito do Porto, com Abogão, povoação do concelho de Alcobaça, derivada de um lapso com base na corruptela de Abragão, através de memória oral, de um texto indecifrável, ou de procura apressada em dicionário ou enciclopédia. Cf. F. A Matos, *Dicionário Corográfico de Portugal*, Porto, Livraria Editora Jacinto Silva, 1889.

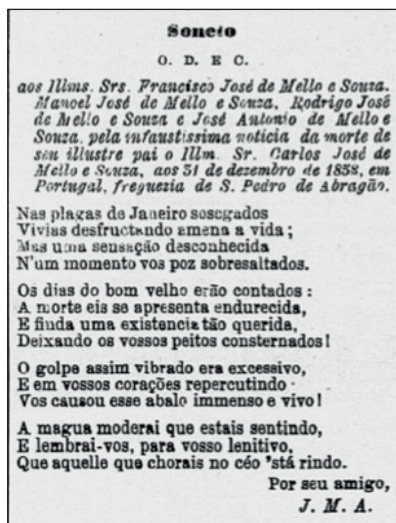


Fig. 1 – Fac-simile do soneto dedicado aos irmãos Mello e Souza por ocasião do falecimento do pai, em Abragão, Portugal

Fonte: Correio Mercantil, 10.04.1859, edição 41, p. 2



Fig. 2 – Francisco com os seus filhos mais velhos, numa pintura que enviou à sua família, em Abragão

Em fundo, o edifício que mandou construir para o Curtume em S. Cristóvão

1. Manuel e Rodrigo: os filhos de “torna viagem”

Manuel chegou ao Rio de Janeiro, em 1844, levando consigo o irmão Rodrigo. A proximidade entre os irmãos duraria para sempre. Começaram lá como caixeiros a trabalhar no mesmo ramo de atividade da família e, por esse caminho, foram realizando os seus objetivos, diversificando e ampliando progressivamente os seus investimentos. O dinheiro que foram acumulando, e a circunstância de não terem família a cargo, permitiu-lhes um percurso cosmopolita. Viajaram juntos para a Europa várias vezes. Foram ambos nobilitados por D. Pedro V e, em dezembro de 1873, agraciados com a comenda da Ordem Militar de Cristo, pelos bons serviços prestados ao município de Penafiel. Num outro aspeto ainda, os irmãos fizeram a mesma opção: a filiação na Maçonaria⁶⁸. Regressaram, definitivamente, a Portugal, em datas diferentes, com motivações que desconhecemos, trocando a grande cidade e o bulício do Rio, as suas casas confortáveis da rua do Imperador, os familiares “brasileiros”, e os seus amigos de muitos anos pela ruralidade modorrenta, mas sadia, de Abragão, em contraste com a cidade cemiterial do Rio de Janeiro, fustigada frequentemente pela febre amarela e outras epidemias⁶⁹.

Sem que isso possa ser uma resposta das razões que assistiram a Rodrigo, este, durante uma sessão do Retiro Literário Português, em setembro de 1887, “extraordinariamente comovido”, pediu para lerem uma poesia que “em tempos felizes dedicara a sua mãe”. O conteúdo destes versinhos singelos, divulgados, numa sessão pública bastante concorrida, por um homem de negócios de 58 anos, rico e influente, quase cego, pode conter uma parte da resposta:

⁶⁸ Em 1876, o *Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brazil* referia Rodrigo como filiado na Loja Silêncio.

⁶⁹ Antes das reformas urbanas de Pereira Passos (1902-1906) e da higienização levada a cabo pelo sanitarista Oswaldo Cruz, iniciadas na presidência de Rodrigues Alves.

À minha querida mãe
À minha terra natal

Minha mãe, oh doce nome!
Quem poderá olvidar-te
És divindade terrestre
Como tal sempre hei-de amar-te
*Minha terra, linda aldêa,
Mais linda não pode haver
Tenho ali a minha mãe
Só lá me é grato viver.
A igreja, a torre, os sinos
Que muitas vezes tangi,
Estão fronteiros à casa
Essa casa, onde eu nasci (...)
Ingrato, e muito ingrato,
O filho que s'esqueceu
D'uma mãe que o creou
Da terra onde nasceu
Mas eu não — faço um protesto,
Que só lá quero viver,
Junto a minha cara mãe,
E só lá quero morrer
Tenho sempre na memória
O meu bello Portugal,
A minha querida mãe,
A minha terra natal.*

Voltemos a Manuel, que não nos deixou as suas razões para voltar a casa. Durante os seus anos brasileiros, após o tirocínio como caixeiro, não renegou o negócio do comércio que caracterizara a vida do seu pai, em Abragão. Em 1854, já participava de uma sociedade, a Machado & Mello, com armazém de ferro, aço, cobre, chumbo e “fábrica de caldeieiro”, na rua da Alfandega 12-14, com o seu primo, originário de Vila Nova de Gaia, Manuel José Gonçalves Machado Júnior. Para além dessa atividade, a Machado e Mello também importava, regularmente do

Porto, farta quantidade de peles preparadas, nomeadamente cordovões⁷⁰. Em 1864, Manuel retirou-se da sociedade, que continuou com o primo Machado e outro dos seus antigos colaboradores, António Ernesto Rangel da Costa, “sob a razão de Machado & Costa”⁷¹.

Paralelamente, Manuel tinha estabelecido, em 1852, uma outra sociedade com José Joaquim de Castro Júnior⁷², sob o nome de Castro Júnior e C^a, com um estabelecimento de fazendas na rua da Quitanda n.º 106, negócio dissolvido, de comum acordo, em 31 de janeiro de 1860. Mas a atividade prosseguiu com Castro, que deu interesse ao antigo caixeiro de Manuel, na realidade, o sobrinho deste, Manuel de Oliveira Souza Mello, continuando o negócio em mãos familiares.

No ano seguinte, Manuel registou uma nova sociedade, desta vez, com José Gonçalves Oliveira Sanches, em comércio de géneros norte-americanos, máquinas para lavoura, instrumentos de agricultura e horticultura e outros produtos, com loja na rua da Alfândega 14-16⁷³. Neste caso, Manuel limitou-se a introduzir capital na empresa, como sócio comanditário – 30:000\$000. Tudo leva a crer que o negócio tenha progredido porque, ano a ano, a publicidade dava sempre ênfase à inovação da maquinaria à venda⁷⁴. Essa sua saída para a retaguarda dos negócios da venda a retalho permitiu-lhe acompanhar Rodrigo, numa viagem à Europa, iniciada em 9 de junho de 1863, no paquete Paraná, e que duraria até ao ano seguinte. Como era habitual despediram-se dos amigos através da imprensa, Manuel aproveitou a circunstância para “agradecer a todos os que tinham tido a bondade de honrar com a sua confiança os estabelecimentos de comércio onde era sócio”. Rodrigo foi muito mais avaro nas palavras, talvez porque já só era capitalista e proprietário (...).

⁷⁰ Desde 1854 a 1860, atestamos, no *Correio Mercantil*, a chegada de muitos fardos de “peles preparadas” oriundas do Porto e dirigidas à “Machado e Mello”.

⁷¹ A atividade da Machado & Mello pode ser acompanhada no *Almanak* (...) e na imprensa noticiosa, nomeadamente, no *Correio Mercantil*.

⁷² Castro Júnior tinha sido gerente, desde 1831, de uma loja na mesma rua da Quitanda n.º 33, que deixou em 1851, para se associar a Manuel.

⁷³ *Jornal do Comércio*, de 12 de julho.

⁷⁴ Os anúncios convidavam “os srs. Fazendeiros e as pessoas amantes do progresso agrícola do paiz, para examinarem as ditas machinas”.

Em 1868, aquela sociedade também foi extinta e, mais uma vez, o negócio continuou, mas a partir daí, só nas mãos de Sanches. Manuel, entretanto, continuou sem compromissos familiares, tudo levando a crer que a sua vida terá decorrido de forma muito mais discreta do que a dos manos Francisco e Rodrigo. Apesar disso, como se referiu, recebeu em 1874, a comenda da Ordem portuguesa de Cristo, ostentando já a Ordem de Cristo brasileira como se pode ver num retrato pintado em 1867, na posse da família em Abragão, o que pressupunha a realização prévia de algumas benemerências.

Na verdade, tal como aconteceu com os seus outros irmãos e mesmo com os seus tios, Manuel não deixou de marcar o seu empenho na intervenção social, tanto no Brasil como em Portugal. Em 1862, participou com um donativo a favor dos Asilos da Infância Desvalida de Portugal, subscrição promovida pela Comissão Central, sediada no Gabinete Português de Leitura. Da mesma forma, foi Mesário da Venerável Irmandade do SS da freguesia da Candelária e da Irmandade de S. Miguel e Almas.

Manuel terá regressado a Portugal em 1868. Foi morar para a casa fronteira à igreja de Abragão, já remodelada. Ao longo do tempo, foi adquirindo propriedades e sua vida desenrolando-se de forma aparentemente tranquila entre os campos verdes da sua terra, deslocando-se frequentemente a cavalo à cidade de Penafiel pelo estreito e sinuoso caminho então existente, para visitar a mãe e os irmãos. Essa quietude dos seus dias foi brutalmente quebrada numa noite de julho de 1879. O seu corpo apareceu, na manhã seguinte, no poço do quintal da sua casa. Manuel tinha 56 anos. Os jornais locais, a imprensa do Porto e diversos jornais brasileiros fizeram-se eco desta morte trágica⁷⁵. O sobrinho Ernesto não deixou, mais tarde, de preencher uma das suas crônicas penafidelenses com a narrativa do sucedido, introduzindo o que ouvira aos parentes e criados da casa e em que a hipótese de homicídio não era descartável. Estranhamente, na véspera dos acontecimentos, Manuel

⁷⁵ “Diz-se que se suicidou em Portugal, atirando-se a um poço o comendador Manuel José de Mello e Souza, abastado proprietário que outrora residiu no Rio de Janeiro”, in *Correio Paulistano*.

recebera em casa um desconhecido com quem falara, longamente, denotando, de seguida, uma grande mudança de ânimo, de que não dera qualquer explicação.

Rodrigo de Mello e Souza, chegado ao Brasil, seguiu as pisadas dos irmãos. Em 1846, com 17 anos, começou a representar os tios e o irmão Francisco, em algumas viagens de negócio para o interior⁷⁶. Seis anos depois, em 1852, apenas com 23 anos, lançou-se com Bento José Peixoto, numa sociedade designada por Souza & Peixoto, com negócio de venda de carne seca, toucinho, farinha, queijos e mantimentos. O negócio terá corrido bem, porque rapidamente estenderam a sua atividade por dois estabelecimentos, um na rua do Rosário n.º 13 A e outro no Beco da Lapa n.º 22⁷⁷ e, em 1859, com 30 anos, vemo-lo como proprietário de “uma vasta casa” na rua de S. Cristóvão, que pretendia alugar, e um terreno na Praia do Saco do Alferes que desejava vender.

Por outro lado, Rodrigo ia seguindo as opções de negócio do irmão Francisco, acompanhando-o, por exemplo, na compra de ações da Associação Central de Colonização, de que Francisco era um dos diretores, ou comprando, como Francisco e os outros irmãos e sobrinhos, ações do Banco do Brasil. Há uma certa sintonia familiar na hora de investir, o que revela a sua proximidade e confiança mútua.

O ano de 1860 foi, de certo modo, um ano de viragem no percurso de Rodrigo. Para lá de ter sido o último ano de vigência da sua sociedade com Bento Peixoto, obteve a autorização para usar brasão de armas dos Mello e Souza, através de um processo em que provou que as armas também pertenciam à sua família⁷⁸. Na mesma altura, os jornais brasileiros noticiavam que D. Pedro V lhe atribuíra a graça de foro grande da sua Casa. Ainda que este facto tivesse sido desmentido pela Casa Real⁷⁹, a verdade é, que alguns anos depois, os convites en-

⁷⁶ Confira-se, por exemplo, o *Comércio do Rio de Janeiro* desse ano.

⁷⁷ A Rua do Rosário e o Beco da Lapa eram duas ruas que se cruzavam na freguesia da Candelária.

⁷⁸ Lendo a justificação do agraciado e consultando a sua árvore genealógica, percebe-se que a atribuição seguiu critérios semelhantes aos de outros titulares de nova cepa.

⁷⁹ Em documento de 21 de novembro de 1860, publicado em diversos jornais de Portugal e do Brasil.

dereçados a Rodrigo para as receções no palácio imperial nomeavam-no como tal. Como competia nessas circunstâncias, Rodrigo deve ter passado a usar um anel com as suas armas portuguesas, bem como os botões de punho com as armas brasileiras que deixou em testamento ao seu amigo Conde de Bovieiro, e o relógio e corrente de ouro que legou a um sobrinho deste e também seu conterrâneo, Adelino Torres Carneiro Giraldes. O culto da nobilitação era incontornável para estes “brasileiros” oitocentistas que, apesar da realização profissional atingida por mérito próprio, procuravam essa nobilitação assentando-a em obras de filantropia.

Rodrigo foi dos irmãos aquele que se manteve mais ligado à sua terra. Voltou a Portugal, possivelmente pela primeira vez, em 1857. Em 9 de junho de 1863, regressou, também desta vez, acompanhado por Manuel, no vapor inglês Paraná (destino Lisboa)⁸⁰. Em 1867, veio pela 3.^a vez à Europa. Foi neste ano que foi pintado em Roma o retrato do Manuel, onde os irmãos passaram a Semana Santa, de lá trazendo imagens da cidade e dos seus monumentos.

Em 1871, Rodrigo voltou a Portugal, tinha 43 anos. Vinha para abraçar a sua mãe pela última vez⁸¹. Nesta sua estada, pôde também dar um gosto ao seu irmão Bernardino, apadrinhando-lhe o filho mais novo, Ernesto, nascido em fevereiro de setenta e dois. E, por aquelas curiosas coincidências, se Rodrigo, não sendo um homem das letras, sempre as acarinhara e patrocinará, o seu afilhado iria seguir a carreira de jornalista e escritor.

Em março, Rodrigo regressou ao Brasil no paquete Boyne, tendo como companheiros de viagem SS MM Imperiais e respetiva comitiva. Talvez por isso, não haja sido coincidência a sua escolha de viajar naquela data. Sempre haveria, ao longo da viagem, alguma oportunidade de cumprimentar SS MM. Aportaram no Rio de Janeiro, em 31 desse mês.

Pouco tempo depois do seu retorno ao Brasil, Rodrigo assumiu a decisão de divergir completamente dos negócios em que sempre trabalhara,

⁸⁰ Na mesma altura, fez um despacho para o Porto na galera Saudade: 3 caixas com 300 latas de goiabada. Um mimo para oferecer à família e amigos?

⁸¹ A mãe faleceu em 26 de janeiro de 1873.

estabelecendo em 1875, uma sociedade com Marcelino Pereira de Moraes, a Moraes & Mello, para a construção de três edifícios do governo, destinados aos Correios e Caixa de Amortização, à Bolsa de Comércio, e um terceiro destinado a escritórios de bancos e companhias. *O Comércio do Porto*, transcrevendo o *The South American Mail*, noticiava que,

(...) depois de superadas todas as dificuldades que embaraçavam o começo da construção, verificou-se a 24 de Abril, com as solemnidades do costume, o lançamento da pedra fundamental do edifício destinado ao Correio e Caixa de amortização, dignando-se S.M. o Imperador honrar este acto com a sua augusta presença comparecendo também grande numero de sócios da associação e muitas pessoas gradas d'esta capital. Os actuaes emprezarios da construção são os snrs. José Marcellino Pereira de Moraes⁸² e Rodrigo José de Mello e Souza. Estes cavalheiros deram desde logo principio aos trabalhos.

Mais adiante, o repórter do *The South* (...) comentava que, ao comércio do Rio de Janeiro “será em breve doado o mais bello e magnifico edificio de uma praça do commercio, superior a todas da America do Sul”, e acrescentava, em relação a Rodrigo:

(...) pedimos permissão para apresentar os nossos agradecimentos ao distincto comendador Rodrigo José de Mello e Souza, um dos cavalheiros contractadores d'este gigantesco monumento de architectura, pela extrema bondade e cortesia com que nos acompanhou durante a nossa visita ao edificio em construção, ministrando-nos com toda a exactidão as informações e explicando-nos as minuciosidades technicas (...).

Do texto, confirmam-se algumas características de Rodrigo que ficaram na memória da família: o bom trato, a cortesia, a que se juntava um fino humor... que aqui se pode acrescentar.

Curiosamente, no decorrer desses trabalhos de desaterro para as edificações, Rodrigo fez parte da ribalta jornalística. Para gáudio dos leitores menos interessados nos pormenores do importante projeto, surgiu

⁸² O bem-sucedido Marcelino Pereira de Moraes foi também alvo da já referida *Folha A Gallegada*, com mimos como os que se seguem: “portuguez chapado da família dos brutos e perigosos que vêm para o Brazil explorar e que se não morrem de febre amarella chegam a enriquecer depressa...”, de 4 de maio de 1883.

a notícia do aparecimento, (em 10 de julho de 1875), de um caixote de madeira com um conjunto de peças de prata de grande valor: onze pratos grandes, sete salvas “lavrados de grande merecimento artístico”, uma grande terrina, duas cafeteiras grandes com asas, uma dita pequena com cabo, duas grandes colheres à imitação de concha para sopa, um enorme garfo, (...) ao todo, trinta e duas peças, pesando 9,472 oitavas e representando o valor de 2:083\$840 rs⁸³. Posteriormente, estas peças foram associadas à invasão da cidade pelos franceses, em 1711, e à fuga precipitada dos seus habitantes.

Acontece que Rodrigo estava presente no momento do valioso achado e foi ele que ordenou que se procedesse cuidadosamente à escavação, mandando depois pôr as peças a bom recato até serem entregue ao Tesouro Nacional. Todos os jornais reportaram, naturalmente, o caso.

Em novembro do ano seguinte, a imprensa brasileira anunciava que, no dia 11, tinha sido colocada a última cumeeira no edifício da Caixa de Amortização e Correio Geral, à Rua 1.º de Março. Houve um *lunch* comemorativo, sendo que o último brinde coube ao Comendador Rodrigo, que o dirigiu à Direção da Associação Comercial. Em outubro de 1877, o edifício estava totalmente concluído e pronto para entrar em funções. Três anos depois, em 1880, a imprensa noticiava a cerimônia de assentamento da 1ª pedra, agora do edifício que serviria de Praça do Comércio. Este imóvel, como o dos Correios, tinha projeto do arquiteto Francisco Béthencourt⁸⁴, tendo a empreitada sido adjudicada, como estava previsto, à dupla Moraes e Mello. Contudo, só em 1889, o edifício foi concluído e sem que houvesse unanimidade na sua apreciação. Polêmicas estéticas e construtivas à parte, a firma Moraes & Mello envolveu-se em projetos que denotavam, no dizer dos entendidos, um certo progresso no ramo da construção civil brasileira⁸⁵.

Como tem sido amplamente referido pelos investigadores, a criação de gabinetes de leitura, sociedades literárias e/ou de educação entre a

⁸³ *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro.

⁸⁴ Francisco Joaquim Béthencourt da Silva (1831-1911), nascido português no veleiro que conduzia os seus pais como emigrantes para o Brasil.

⁸⁵ *Revista das Estradas de Ferro*, Rio de Janeiro, de 1889.

comunidade portuguesa emigrada visava dignificar o emigrante, propiciando-lhe espaços de sociabilidade e colocar ao seu serviço meios de formação escolar, tornando ainda acessível a leitura dos jornais portugueses e da literatura portuguesa. Esse esforço visava contrariar esse clima de lusofobia e de achincalhamento da figura do emigrante português que é visível tanto numa imprensa séria, como nos pasquins que se extremavam na qualidade dos insultos. Recordem-se, como exemplo, algumas observações da folha do Rio de Janeiro *A Gallegada*, indecorosa na forma como retratou os nossos emigrantes:

Há [no Brasil] grande numero de ladrões titulares e dinheirosos que começaram a vida carregando trampa (...) A maior parte deles mal sabe assignar o nome, são burros como carneiros pretos (...) vieram das aldeas de Portugal, amontoados à proa de um navio, porcos, imundos, cobertos de chatos e de maquiranas (...) ⁸⁶.

Dos Mello e Souza que se estabeleceram no Brasil, Rodrigo foi aquele que, de forma consistente, esteve mais próximo dos interesses culturais da “colónia portuguesa” no Rio de Janeiro e, desde bem cedo, se mostrou atento, ou alguém por ele, aos gestos que lhe poderiam dar alguns dividendos nessa matéria. Em 1847, com apenas dezoito anos, subscreveu com o irmão Manuel os *Quadros históricos de Portugal* de António Feliciano de Castilho, apoiando a edição de um livro de autor português. O irmão Francisco já fizera o mesmo com outras obras, tal como o primo Machado Júnior.

Foi com o Retiro Literário Português, fundado em 1859, espaço de relevo no contexto cultural do Rio de Janeiro, que Rodrigo estabeleceu, ao longo dos anos, a mais forte relação, porventura, pelos objetivos da agremiação a que tantas vezes se referiu elogiosamente. O Retiro sempre trabalhara para uma maior consideração de Portugal e dos portugueses no Brasil, sendo nesse sentido celebradas as figuras mais notáveis da nossa história e da nossa cultura, bem como as grandes datas nacionais. Se ficaram conhecidas as cerimónias realizadas em torno do tricente-

⁸⁶ *A Gallegada* – folha reaccionária, de 4 maio de 1883.

nário da morte de Camões, em junho de 1880, o 1.º de dezembro era, anualmente, uma data com grande significado para o Retiro, evocando a pátria e a nacionalidade. Essa forte simbologia levou mesmo Rodrigo a deixar no seu testamento um legado ao Retiro “com a obrigação de effectuar anualmente uma sessão solemne” de comemoração.

As notícias mais abundantes que nos chegam das ligações de Rodrigo com o Retiro situam-se nos anos oitenta, na época da “idade do ouro” da instituição, altura em que aumentou o número de sócios, com uma maior diversificação social e uma política cultural mais diversificada⁸⁷, e em que ele estreitou laços com representantes da boa-sociedade carioca com vidas bem-sucedidas, como o comendador José Duarte de Ramalho Ortigão, irmão do escritor portuense.

Nas sessões literárias do Retiro, às quintas-feiras à noite, Rodrigo era assíduo. Discutiam-se temas de história, literatura, problemáticas sociais ou económicas, etc. Sabemo-lo pelas descrições dos eventos publicadas em vários jornais brasileiros. Rodrigo tomava sempre a palavra, fosse para agradecer a presença de um convidado, para intervir nos debates, para propor um voto de louvor, recordar um sócio falecido, ou até para recitar uma poesia. Num dos serões, chegou mesmo a deliciar a assistência com a narração de episódios da sua experiência nas passagens pelo Lazareto de Lisboa, no confinamento obrigatório aos viajantes que chegavam do Brasil. Dá-nos a entender que ali no Retiro se sentia em casa. Em 1882, participava da subscrição pública para um monumento a erguer ao primeiro rei de Portugal, Afonso Henriques, em Guimarães, movimento que suscitou a colaboração de muitos portugueses no Brasil⁸⁸.

A circunstância de estar de uma ou de outra forma sempre presente nas iniciativas da agremiação, a sua afabilidade, os muitos amigos com quem compartilhou projetos e realizações iriam valer-lhe, em 1887, o título de Benemérito do Retiro Literário Português, de que era sócio há

⁸⁷ Veja-se, sobre o tema, Sébastien Rozeaux, “Presença da «colônia portuguesa» na paisagem cultural e midiática do Rio de Janeiro: o Grêmio Literário Português e o Retiro Literário Português (1855-1885)”, *Topoi*, Rio de Janeiro, 2016, Vol. 17, N.º 33, pp. 490-513 [online].

⁸⁸ *Jornal do Comércio*, de 6 de dezembro de 1882.

muitos anos. A 26 de junho, fora publicado o Relatório da sua Comissão Salvadora, que trazia o retrato do Comendador e o cobria de elogios⁸⁹.

Rodrigo era também visitante frequente das sessões do Gabinete Português de Leitura, onde podia encontrar-se, igualmente, com alguns dos amigos e compatriotas, na mesma sintonia de engrandecer o seu país, tais como o Conde de S. Salvador de Matosinhos, o barão de Salgado Zenha, Daniel Martins de Moura Guimarães, membro do Conselho Deliberativo, que havia sido, em tempos, caixeiro do seu irmão Francisco, ou o seu compadre Rodrigo da Rocha Viana, comerciante e sócio de uma conhecida firma, que era também vogal do corpo deliberativo do Gabinete.

Se bem que o associativismo e a beneficência fizessem parte integrante do modo de estar da sociedade oitocentista, Rodrigo desempenhou, tal como os irmãos, esses papéis distinguindo-se, contudo, pela forma como se empenhou nas questões relacionadas com a proteção e instrução dos menores. Foi um dos sócios de honra da Associação Promotora da Instrução dos Meninos, de que era diretor o seu amigo Visconde e depois Conde de S. Salvador de Matosinhos, contribuindo com substanciosos donativos para a agremiação. Do mesmo modo, também se interessou vivamente pela abertura, em 1884, de um Asilo Profissional anexo ao Hospital da Sociedade Portuguesa de Beneficência, dirigido para as crianças pobres e desamparadas filhas dos sócios. A ligação com esta agremiação era muito próxima, uma vez que Rodrigo foi um dos conselheiros-mordomos para o biênio 1879-1880, na vigência da gestão do seu amigo o Conde de S. Salvador. No Retiro, apoiou a abertura da escola gratuita, pelo método João de Deus, também ali estabelecida para a instrução dos menores⁹⁰.

Já em Portugal, e recorde-se que, por ora, é desconhecida a data do seu regresso, Rodrigo não tardou em pôr ao serviço dos seus concidadãos o espírito empreendedor e caritativo que o caracterizara toda a vida. Ajudou os mais pobres, e contribuiu para a criação e manutenção de agremiações de teor filantrópico da sua terra, como a Associação

⁸⁹ Jornal *O Paiz*, de 2 de maio de 1887.

⁹⁰ Em novembro de 1878, o Retiro publicou anúncios na imprensa, avisando que tinha sido estabelecida uma escola gratuita, pelo método João de Deus, para menores e adultos, estando abertas as inscrições. In *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, de 29 de novembro.

Artística de Socorros Mútuos, ou a Sociedade Filantrópica dos Bombeiros. Em Abragão, mandou fazer, a expensas suas, melhoramentos na igreja paroquial, a quem ofereceu o retábulo do altar mor, pintado pelo seu sobrinho Vitorino. Como era ali muito bem quisto e respeitado, Rodrigo também teve influência política, servindo-se dela para beneficiar a comunidade.

Entre a correspondência que trocou com a família, salvou-se um conjunto de cartões de visita, que enviou ao sobrinho Francisco, nos anos de 1896 e 1897, numa altura em que passou largas temporadas em Matosinhos, possivelmente a tomar os ares do mar, numa casa que alugara para o efeito na rua do Godinho n.º 19 e para a qual levava os cómodos necessários a uma confortável estada. Pela leitura desses cartões, se percebe, para além do fino humor, que lhe terá marcado a vida, também quanto o apoio financeiro que prestava às irmãs, solteiras ou viúvas, se mantinha como uma importante ajuda, num cenário que se supõe de escassa liquidez para alguns membros da família.

Em 22 de julho de 1898, Rodrigo morreu na casa de Abragão vítima de “congestão cerebral”. O seu falecimento foi recebido com grandes manifestações de pesar e o seu funeral teve exéquias solenes. A imprensa penafidelse não se poupou a detalhes das cerimónias. Em contrapartida, os reflexos do seu passamento na imprensa brasileira indiciam o natural esquecimento a que a sua ausência tinha conduzido. Apenas o Retiro, beneficiado no testamento⁹¹, lhe mandou rezar uma missa pela alma e lhe prestou homenagem numa sessão, em 26 de agosto de 1898, relembrando os serviços prestados, os seus incitamentos, o seu patriotismo, o seu amor pelas coisas portuguesas e o quanto ele havia sido também útil e prestimoso à sua pátria. Também o seu testamento foi publicado em vários jornais brasileiros, tendo em conta que certas instituições e alguns portugueses ali residentes tinham sido contemplados.

⁹¹ O Retiro recebeu o usufruto de 10 ações da Companhia de Fiação e Tecidos Confiança Industrial, do Rio de Janeiro, com a obrigação de efetuar, anualmente, uma sessão solene no dia 1.º de dezembro, comemorando a restauração de Portugal, usufruto que duraria enquanto o mesmo tivesse existência legal e que depois passariam para o Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro.

Rodrigo, apesar dos seus muitos anos passados em terras brasileiras, quis deixar marcas bem visíveis de ligação e reconhecimento à sua terra natal, mas também marcas da sua vida de sucesso. O seu testamento é um espelho dessas intenções, que se fundem com o que era expectável de um brasileiro de torna viagem⁹². Para lá dos legados significativos a familiares e a amigos de Penafiel e do Rio de Janeiro, deixou ações a diversas instituições de interesse cívico, tais como ao Hospital da Misericórdia de Penafiel e ao Asilo das Raparigas Pobres, a cargo da mesma Casa, à Confraria de S. Vicente de Paula, à Associação Artística de Socorros Mútuos Penafidelense, à Associação de Bombeiros Voluntários, à Confraria do S.S. da freguesia de Abragão, e à Confraria da Senhora da Piedade e Santos Passos. Alguns dos seus últimos desejos, que deixou detalhadamente expressos, não chegaram, contudo, a ser cumpridos. O primeiro, que lhe deveria ser especialmente caro, era a construção de um jazigo de capela, “toda em mármore e com gavetões”, com as suas armas, no pequeno cemitério fronteiro à casa de família em Abragão, que abrigaria também as cinzas de seus pais e de outros parentes falecidos. A escolha, em dimensão e aparato, visava marcar a inevitável distinção social, perpetuando e dignificando, dessa forma, a memória de si e dos seus e fazendo da sepultura o lugar referente da recordação da família e do ritual do luto⁹³. Com esse fim, deixou um importante legado ao seu médico, alguém em quem confiava plenamente, de forma a construir e a zelar esse jazigo, como o fariam também os seus descendentes. Entre as outras obrigações que pendiam sobre o legatário estava a conclusão da Avenida Mello e Souza e a realização de alguns melhoramentos já planeados no lugar da Igreja, em Abragão, que gratificariam o seu nome entre os seus concidadãos, mesmo após a sua morte⁹⁴.

⁹² O testamento foi publicado em João Rodrigues de Oliveira, *Casa da Botica (Abragão, Penafiel)*, Porto, CEGHHF da UMP, 2001.

⁹³ Fernando Catroga, “A monumentalidade funerária como símbolo de distinção social”, in *Os brasileiros de torna-viagem*, Porto, Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, pp. 167-179.

⁹⁴ Como se pode ler no testamento de Rodrigo, o legatário era Alexandre de Vasconcelos Corte Real, que recebeu com as finalidades referidas a quantia de um conto e duzentos mil reis. Alguns anos depois da morte de Rodrigo, mandou construir um pequeno mau-

A família alargada – primos e sobrinhos

Na vivência brasileira dos irmãos Mello e Souza foi determinante o papel das “redes” em que eles se inseriram e as que foram eles próprios construindo. Algumas dessas conexões de entreaajuda que promoveram com familiares e associados, referidas a devido tempo, no texto acima, traçamos a seguir algumas anotações biográficas.

Manuel José Gonçalves Machado Júnior (1812-1884) era um dos primos pelo lado materno de José António, Francisco, Manuel, Rodrigo e Joaquim⁹⁵. A mãe de Manuel Machado Júnior, Ana Joaquina, veio de Abragão casar com um comerciante de Vila Nova de Gaia, da rua Direita n.º 24⁹⁶, Manuel José Gonçalves Machado, com quem a sua família tinha negócios. O casal irá apadrinhar uma das filhas de Carlos José de Mello, que veio a receber o nome da tia, estreitando, assim, os laços de parentesco, ao tornar os cunhados igualmente compadres. Em data que por ora se desconhece, Manuel Machado Júnior partiu para o Brasil, fazendo parte da “leva” dos seus cinco primos de Abragão, estando no Rio de Janeiro já nos inícios da década de trinta. Em 1834, o *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro já incluía o seu nome numa lista de donativos a favor dos indigentes.

Se atentarmos no curso da sua vida, vemos que percorre uma trajetória muito semelhante à de Francisco, isto é, uma ascensão económica rápida, também no comércio, a presença na lista de acionistas de sociedades como a Companhia de Iluminação de Gás de Niterói ou o Monte Pio Geral Nacional, e uma grande ligação a instituições de caridade e de cultura. Foi, durante bastantes anos, vice-presidente e depois presidente do Gabinete Português de Leitura, presidente da Imperial Sociedade Amante da Instrução – recebendo, tal como os primos Francisco, Manuel e Rodrigo uma Comenda.

Como se viu acima, pelo menos desde 1854, ele fazia parte da Machado & Mello em sociedade com o primo Manuel Mello e Souza e com um

soléu em granito sem o aparato e a monumentalidade que desejava o testador.

⁹⁵ Maria Joana Oliveira Couto, mulher de Carlos José de Mello era irmã da mãe de Manuel Machado Júnior.

⁹⁶ *Directorio civil, político, comercial, estatístico da cidade do Porto e Villa Nova de Gaya*, Porto, Typographia Commercial, 1846.

outro português, Ernesto Rangel da Costa. Em 1868, vários periódicos publicaram um contrato comercial entre Manuel José, António Ernesto Rangel da Costa e Domingos José Pereira Ferreira Guimarães, em comércio de cobre em chapas, folha de flandres e fábrica de caldeireiro, com o capital de 100.000\$000, sob a firma de Machado, Costa e Companhia⁹⁷. Apesar da aparente solidez dos negócios, o primo Manuel José veio a terminar com os seus bens arrestados pela Fazenda Nacional. Em 1870, foram a leilão vários prédios e terrenos que possuía, bem como a sua casa na rua D. Afonso,

(...) prédio solidamente construído de pedra e cal, e madeira de lei com espaçosas salas todas as comodidades desejáveis, pratas, móveis, um grande oratório, (...) salas com cómodos para uma grande família, água encanada, gaz com os componentes lustres e arandelas (...) telheiro, cocheira, sótão para criados, casa para cachorros (...) ⁹⁸.

Manuel José morreu, no Rio de Janeiro, aos 72 anos de idade, longe do seu modo de viver de outros tempos, em que fora rico, influente e feliz, e escassos meses antes do seu primo Manuel de Oliveira Souza e Mello.

Manuel José de Oliveira Souza e Mello (1837-1884)

Era neto de Carlos, filho de Margarida Rosa de Oliveira Mello e Souza e de José de Souza, da Casa da Boavista, em Abragão. Como todos os outros, partiu para o Brasil ainda jovem, para trabalhar como caixeiro do seu tio Manuel José de Mello e Souza, na loja de fazendas que este possuía em sociedade, desde 1852, com José Joaquim de Castro Júnior, na rua da Quitanda n.º 106. Quando em 1860, o negócio foi dissolvido, Castro continuou com o estabelecimento, dando interesses a Manuel, e, de seguida, ao outro primo de Abragão, Francisco José de Oliveira Couto. Em 1872, os dois primos assumiram uma ligação formal ao celebrarem um contrato comercial na firma que então criaram, a Mello e Couto, com o capital de 112:000\$000, para o comércio de fazendas por

⁹⁷ *Correio Mercantil*, de 21 de abril de 1868.

⁹⁸ *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro, de 16 de agosto de 1874.

atacado. Manuel passava já dos quarenta anos, quando procurou esposa em Portugal, casando-se com a muito jovem Abília Augusta de Castro, de 18 anos, que lhe deu uma única filha, Alda da Conceição. Manuel faleceu em 1884, com 47 anos, em Braga⁹⁹, onde residia, deixando uma herança confortável à sua viúva e à sua filha de quatro anos. Se o sonho brasileiro se cumpriu, o retorno sonhado apenas se esboçou.

Francisco José de Oliveira Couto (1843-1872)

Primo dos Mello e Souza, era um dos filhos dos complicados amores, já referidos, entre o tio-avô e a sobrinha neta. Nascido poucos meses depois do falecimento do pai, rumou ao Brasil, bastante jovem, para junto dos parentes que já ali se encontravam. No Rio de Janeiro, iria trabalhar como caixeiro, mas os familiares cuidaram da preparação do seu futuro, pelo que continuou os estudos no colégio Marinho, frequentado pela juventude bem-nascida do Império. Percebe-se que a família tinha expectativas. Não admirava, porque de há uma vintena de anos do Brasil chegavam notícias de sucesso e prosperidade. Quando Francisco chegou ao Rio, o seu primo Francisco Mello e Souza já era Comendador. Contudo, o futuro não lhe foi risonho. Trabalhou nos negócios da família, e vemo-lo, ao longo dos anos, acompanhando mercadorias com destino a várias cidades, como Santos e St Catarina¹⁰⁰. Porém a doença vitimou-o. Regressou a Portugal, em março de 1872, com 29 anos, morrendo seis meses depois, em Abragão, de tuberculose. O seu primo e sócio Manuel José de Oliveira Souza e Mello publicou, em sequência, a seguinte participação:

Manoel de Oliveira Souza e Mello, tendo recebido a triste noticia do falecimento em Portugal do seu presado primo, sócio e amigo, o Sr. Francisco José de Oliveira Couto, pede aos parentes e mais pessoas de amizade o caridoso obsequio de assistirem à missa pelo eterno descanso da sua alma (...).

⁹⁹ *Diario Portuquez*, de 23 de dezembro de 1884.

¹⁰⁰ *O Correio Mercantil*, de 1867 e 1868.

Carlos José de Oliveira Mello (1855-1881)

Teve um destino igual a Francisco Couto. Foi o quinto filho de Bernardino e o único que emigrou. Partiu para o Brasil com o entusiasmo natural dos jovens em busca de um futuro mais promissor, para trabalhar sob a orientação do seu tio Rodrigo, que era um exemplo do sucesso brasileiro e que o poderá ter levado na sua companhia, aquando da visita a Portugal em 1867. Trabalhou no Rio de Janeiro, como caixeiro na firma Cardoso, Lyra Junior e C^a, com estabelecimentos de fazendas por atacado e a retalho. Porém, o seu tirocínio acabou, abruptamente, quando a tuberculose surgiu de permeio. Regressou a Portugal, morrendo com 26 anos, em maio de 1881, em Abragão. Em julho seguinte, a firma para quem trabalhara convocou através da imprensa os amigos para uma missa por sua alma. Mais um sonho brasileiro que ficou pelo caminho.

Redes e estratégias de ascensão social

Desde o início desta narrativa prosopográfica se foram percebendo as preocupações das famílias com a preparação do futuro dos mais novos. Os primeiros a chegar assumiram esse papel com os jovens parentes que desembarcaram sozinhos e, naturalmente, com os seus próprios filhos. Nesse contexto, também a busca de um casamento adequado, que era uma premissa na equação da ascensão social, foi levada em conta. Um dos genros do tio Joaquim, o Dr. Fernando Manuel Fernandes, era bacharel em Direito e veio a ter uma carreira notável. Em 1862, desempenhava já o cargo de 1.º oficial do gabinete do Ministro da Justiça, foi depois Diretor na Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça, Oficial e Cavaleiro da Ordem da Rosa, fazendo parte, com a sua mulher, da lista de convidados para os beija-mão a Suas Majestades Imperiais¹⁰¹. Também Francisco este-

¹⁰¹ A sua ligação a Portugal ficou a dever-se não apenas ao seu casamento, mas porque foi membro e delegado, em 1854, da C.^a Luso-Brasileira de Agência de Negócios, tendo vindo para Portugal no ano seguinte, como adido, com a mulher e três filhos.

ve atento às ligações matrimoniais dos seus filhos. Um dos seus genros, Júlio Fernandes de Almeida, era militar, bacharel, foi cavaleiro da Ordem Militar de Avis e, em 1901, desempenhava funções no Estado Maior de Artilharia, como coronel. O filho Carlos José casou, em 1868, com a prima Florinda, filha do Dr. Fernando Manuel Fernandes, bacharel em Direito.

Nessa geração, os primos já nascidos em terras da América receberam a melhor educação possível, já na qualidade de cidadãos brasileiros. Porém, alguns dos seus percursos de vida foram marcados por um certo sentido de tragédia. O que aconteceu com José António, o mais velho dos irmãos Mello e Souza a emigrar e falecido prematuramente, como se referiu, deixando oito filhos muito jovens, influenciou muito naturalmente o seu futuro. Porventura, fruto dessa circunstância, dois deles seguiram a carreira militar, que seria, aliás, a opção de alguns outros jovens desta família alargada, como forma de garantir um certo estatuto social. O mais velho, João Carlos, veio a integrar os quadros da Polícia da Província do Rio de Janeiro, participando na guerra do Paraguai, e sendo agraciado com a Ordem da Rosa, na sequência dos seus atos no decorrer do conflito. O seu irmão Luís Carlos era, em 1870, alferes no Batalhão de Infantaria da Província do Rio de Janeiro.

Paralelamente, os filhos de Francisco, como se disse, viram o seu futuro promissor truncado, quer uns pela morte prematura, quer todos em conjunto, pela ruína de seu pai. Se os dois mais velhos ainda concluíram o curso de Engenharia da Escola da Marinha, tendo António José sido mesmo diretor do Ferro-Carril de S. Cristóvão, João de Deus, como se viu, teve de abandonar o curso de Direito que frequentava. Contudo, uma coisa os diferenciou, isto é, a educação de base que Francisco ainda conseguiu dar aos seus filhos.

Dentro de um cenário totalmente diverso, do lado de cá do Atlântico, em Portugal, os Mello e Souza e parentela fizeram os seus percursos sem a audácia e o risco dos que haviam emigrado, mantendo a tradição familiar dos negócios, que ia sendo composto com o rendimento das terras, aproveitando, contudo, aquilo que ia chegando do Brasil através de prendas,

legados e heranças, de que alguns beneficiaram. Se os que partiram de Abragão providenciaram a seus filhos homens uma formação escolar média/superior, que lhes foi permitindo enfrentar os desafios do novo mundo, por cá, a pacatez de Penafiel não criou reptos. O mano Bernardino, por exemplo, apesar do seu excelente desempenho no fabrico e comercialização de couros trabalhados, e da qualidade da produção de vinagre nas suas propriedades, como se viu acima, não acautelou – por entre os gastos da sua numerosíssima família e as despesas com a política local em que se envolveu –, meios para providenciar uma preparação escolar superior aos seus filhos. Desta forma, nenhum cursou a universidade e a cidade do Porto foi o destino profissional mais longínquo que lhes foi dado assumir.

Um dos aspetos mais salientes desta investigação passou pela constatação da ampla rede de laços que unia estes portugueses da emigração no trabalho, nos negócios, nos investimentos, mas também nas ligações entre si dentro de instituições culturais, religiosas e benéficas, de que eram membros, benfeitores e associados, trazendo-nos à memória o mal-estar e os ódios que essa circunstância suscitou entre os setores lusófilos da sociedade brasileira, pelo efeito atribuído de “fechamento social”, como se ilustrou com alguns extratos do jornal *A Gallegada – folha reaccionaria*.

Contudo, se essas redes foram uma realidade a ter em conta na sociedade cosmopolita do Brasil, será importante recordar que o efeito dessas ligações também se repercutia do lado de cá, entre as famílias dos que um dia tinham partido para as américas. Se a memória coletiva nos fala dessa realidade longínqua no tempo, as “cartas de recomendação” que os emigrantes levavam para serem “arrumados” por quem já lá estava estabelecido, bem como as “cartas de chamada” – documentos públicos acoplados aos processos de produção dos passaportes dos emigrantes – são um dos testemunhos a que podemos recorrer para atestarmos esses procedimentos. Ainda hoje, há quem se recorde de “ouvir dizer” da receção que se fazia aos “brasileiros” que visitavam a terra e que traziam consigo notícias e lembranças dos que adiam ainda mais um tempo o seu regresso, levando depois outras prezadas cartas e recordações dos mais chegados.

Mesmo entre a gente de poucos recursos, a hospitalidade não desmerecia, convidando-se a parentela próxima e os vizinhos para, entre os brindes com o melhor vinho da casa, se escutarem as novidades que vinham do lado de lá do oceano. Nas visitas a Portugal, de Manuel e Rodrigo, os procedimentos seriam semelhantes. Na casa de Abragão ou na casa de Bernardino, em Penafiel, recebiam-se com grande júbilo os amigos e familiares para quem eles não deixariam de trazer lembranças — Rodrigo, por exemplo, na visita de 1872, despachou 100 latas de goiabada para, seguramente, as utilizar como obséquio. Mas não se esqueciam os outros contrerrâneos emigrados. Deles também traziam notícias e levavam recados e empenhos. Após uma das suas viagens a Portugal, Rodrigo, chegado ao Rio, colocou na imprensa o pedido de notícias de uma família de Barcelos a quem os familiares, fazia tempo, não conseguiam contactar.

Porém, entre as famílias e amigos dos “brasileiros” mais bem-sucedidos os procedimentos poderiam ser muito diferentes. Em outubro de 1886, o conde de S. Salvador de Matosinhos, acima referido, reuniu os seus amigos num banquete de despedida, no Rio, antes da sua vinda a Portugal, após uma ausência de vinte e um anos. À cerimónia, muito concorrida, esteve também presente Rodrigo José de Mello que usou da palavra para elogiar o seu distinto compatriota. Uma vez chegado à sua terra, o conde não deixou de visitar, em Penafiel, a família do seu grande amigo Rodrigo¹⁰² e, num lugar de horizontes estreitos, a ocasião foi de festa e os brasões mais antigos não se escusaram de codear-se com os dos novos-ricos, sustentados pelo dinheiro fresco vindo do Brasil. O conde de S. Salvador saiu do Porto acompanhado protocolarmente, em representação da família, pelo abade João, irmão de Rodrigo, mas também por um grupo de amigos, entre os quais, Joaquim Pinto Bessa, “brasileiro” e capitalista¹⁰³, Luís Aires de Gouveia Osório, capitalista, o também capitalista e beneméri-

¹⁰² Como seria expectável, coincidiram em numerosas situações: ambos tinham interesses na Companhia Confiança Industrial.

¹⁰³ Joaquim de Pinto Bessa, também conhecido por Bessa Pinto, nasceu no Porto, em 1824, e já estava no Brasil, em 1838. Era irmão de Francisco de Pinto Bessa, Vereador e Presidente da Câmara do Porto (1866-1878).

to comendador António Esteves da Silva, a filha e o genro de um outro abastado “brasileiro”, o visconde de Amoroso Lima. O ilustre visitante e a sua comitiva foram acolhidos, na estação de Novelas, pelos cavaleiros mais importantes do concelho, incluindo os representantes das forças vivas e das instituições beneficentes e culturais, abrindo o cortejo de trens Joaquim Pereira Sotto-Mayor e Menezes, senhor de Cabanelas, que conduziu o “nobre titular” em direção à cidade, onde “toda a comitiva se dirigiu para casa do sr. Bernardino José de Mello e Souza a quem o sr. Conde vinha especialmente visitar”. Cumprimentos feitos, foi a altura de dar a conhecer a cidade¹⁰⁴, terminando a manhã por uma receção com *lunch* na casa do barão do Calvário¹⁰⁵, ele próprio um brasileiro de sucesso, e onde o mano Bernardino agradeceu a honrosíssima visita. A conversação correu amena por entre “entusiásticos brindes a suas majestades de Portugal e do Brasil”, ao ilustre visitante, deste a todos que o haviam ajudado nas suas obras de beneficência, e aos Mellos, e ao morgado de Aveleda, e à prosperidade de Penafiel, etc. A receção terminou com música, nos jardins do palacete, pela filarmónica dos Bombeiros Voluntários, seguindo todos para a quinta da Aveleda, que visitaram, regressando ao Porto no final da tarde.

Os atos festivos, o cerimonial que os rodeou – fazendo do riquíssimo e benemérito conde o lídimo representante dessa nata de homens que viveu a cavalo de duas pátrias – ultrapassaram em muito, nos seus objetivos, uma visita de cumprimentos à família de um grande amigo. A visita cumpriu também, e esplendidamente, um programa de representação (e de legitimação) dos “brasileiros” de sucesso (e de suas famílias), num cenário, conseguido, de apreço dos seus concidadãos e de amplo júbilo concelhio.

¹⁰⁴ A comitiva que vinha do Porto foi convidada a visitar o monte de S. Bartolomeu, a Igreja Matriz, o Hospital da Misericórdia, o Matadouro Municipal, a Praça do Mercado, o Quartel e o Jardim Público, panorâmica da cidade onde se mesclava o património histórico e institucional e o progresso, conseguido frequentes vezes com o apoio desses “brasileiros”.

¹⁰⁵ Tratava-se de Manuel Pereira da Silva, natural de Penafiel, com a mesma idade de Francisco José de Mello Souza, que no Brasil fez uma enorme fortuna. Regressou a Portugal, fixando-se na terra onde nascera, construindo um palacete no centro da cidade, para aí viver o resto dos seus dias. Hoje, ali está instalada a Biblioteca Municipal.

Considerações finais

Este exercício de investigação em redor dos Mello e Souza, família e associados colocou, mais uma vez, em relevo a importância das “redes” que se construíram no cenário da emigração portuguesa para o Brasil, neste caso, partindo do reduto penafidense. Na dinâmica que se foi estabelecendo para a arrumação dos jovens recém-chegados, tornou-se visível a existência de nós já atados, em redes que se formaram, ao longo do tempo, com tios, irmãos, sobrinhos, primos, compadres, amigos, garantindo a continuidade dos negócios em mãos portuguesas, sendo que esses nós também se foram desatando conforme as oportunidades e os interesses, criando outras sinergias. Essa circunstância levou, por vezes, ao surgimento de novos elos, à revelia das fidelidades de parentesco ou de amizade, buscando parcerias mais amplas para novos negócios que, às vezes, se revelavam desastres financeiros ou amizades a evitar.

Essa peculiar “coesão de grupo” dos emigrantes manteve-se também em relação ao lugar de partida (e de chegada) — a cidade do Porto —, que funcionou como plataforma para negócios que beneficiaram os parentes de cá e os de lá. O tio Joaquim, por exemplo, recolhia no Rio de Janeiro mercadoria enviada da cidade do Porto e despachava para cá, (como para outros destinos), os seus produtos de couro, tal como o fará o sobrinho Francisco. A sociedade estabelecida entre os primos Manuel Mello e Souza e Manuel Machado Júnior, a — “Machado e Mello” —, importava, regularmente do Porto, grande quantidade de peles preparadas, mas também pipas de vinho do Porto e materiais de construção, aproveitando com eficácia as oportunidades de negócio mais rentáveis. Bernardino, premiado pela qualidade dos seus couros trabalhados em Penafiel, recebia-os em cru, seguramente do Brasil, pelo menos em parte do seu aprovisionamento de matéria-prima para a sua unidade de curtumes.

Seguimos esse grupo de homens, quase todos oriundos do concelho de Penafiel, em momentos e circunstâncias das suas vidas no Rio de Janeiro, e alguns também no seu retorno. Rodrigo e Manuel voltaram ricos e titulares, cumprindo o sonho brasileiro, mas nem todos atingiram o seu desígnio. Alguns nem tiveram tempo de construir um futuro,

porque a morte os ceifou muito jovens (Carlos Mello e Francisco Couto, por exemplo), ou ainda em idade ativa (Manuel de Mello). Outros perderam tudo o que haviam conseguido nos negócios incertos em que se envolveram, (como Francisco José de Mello Souza e Manuel Machado Júnior). Mas a “sorte” fazia parte do risco das suas vidas.

Ao acompanharmos mais de perto os irmãos Francisco, Rodrigo e Manuel percebemos que os passos que foram dando, as escolhas que fizeram cumpriam em traços gerais um “programa” comum, de certo modo, representativo da forma como outros portugueses, em circunstâncias semelhantes, desempenharam os seus papéis no processo migratório “brasileiro”. Os manos Mello investiram financeiramente em frequente sintonia, pertenceram a instituições com “marca” portuguesa (como o Retiro Literário Português e o Gabinete Português de Leitura), apoiaram as mesmas iniciativas benéficas e culturais da mãe pátria, mas Francisco, como se viu, rompeu mais cedo com as sociedades de parentes e amigos, para cavalgar em direção a outros destinos, onde nada era seguro, na companhia de meros conhecidos a que se associou. Rodrigo fê-lo só quando já tinha estabilidade financeira para esses passos mais arriscados. Manuel, ao contrário, manteve-se muito discreto nas suas iniciativas de negócio. Mas, daqueles dois irmãos ressalta uma atuação que envolveu uma quota notável de “empreendedorismo”, muito visível em Francisco, em matérias de grande interesse para o Rio de Janeiro, fosse como “fundador da indústria dos curtumes”, fosse com a criação dos Talhos Monstros – pondo, quase exclusivamente, sob a sua alçada as transações com os criadores mineiros –, fosse com a Agência de Colonização ou com o Ferro-carril do Rio à Tijuca. Por outro lado, Rodrigo, enquanto sócio da Moraes e Mello, envolveu-se em projetos de envergadura que denotavam, na época, um certo progresso no ramo da construção civil brasileira.

A projeção que granjearam refletiu-se no reconhecimento público assegurado pela via mais legitimadora. Suas Majestades Imperiais conheciam os manos Mello. Acolheram-nos nas receções do Palácio, visitaram alguns empreendimentos a que estavam ligados, acarinharam os seus

projetos que prometiam progresso para o país, honraram-nos com distinções. Os reis de Portugal também os distinguiram, amplamente, na hora de premiar os portugueses de sucesso além-mar.

Nestes percursos tão pouco lineares, Francisco terá sido o único da família, seguramente pelo impacto dos seus negócios, a ser vítima pública da lusofobia de uma forma mais intensa. Uma certa imprensa não o poupou a todo o tipo de ataques e de insinuações. Francisco não desconhecia que era um preço a pagar pela sua condição e ousadia, tanto mais que era a cara de um projeto reordenador do valioso comércio do gado para abate, surgindo como a figura visível de uma pretensa teia mais oculta de estrangeiros. Mas, como era costume dizer-se no Brasil, havia os brasileiros, os portugueses e os estrangeiros, e esta indistinção dos portugueses funcionava nos dois sentidos, um positivo e outro muito negativo, com as correntes lusófobas a apontarem o português como o causador histórico de todos os males, sempre que surgia a oportunidade. Neste quadro, ao dar a cara pelo conjunto de negociantes, Francisco tornava-se o alvo fácil, situação que, apesar de tudo, conseguiu superar na fase fundamental do negócio da fileira do gado.

Contudo, cumprindo ou não esse sonho brasileiro, quem pôde voltar à terra onde nascera olhou-a no regresso definitivo de forma diversa, porque a viagem do emigrante não se reduzia (não se reduz) à simples transição no espaço e no tempo. Sair trazia consigo perder a legitimação que não se alcançaria no lugar de destino e não se recuperaria, integralmente, no regresso.

Regressar com sucesso implicava a “idealização” do transcurso, tornando forçoso palmilhar um caminho com etapas bem definidas, esbatendo as marcas de passos menos conseguidos e enaltecendo rituais de representação e de legitimação. É o que se pode vislumbrar através da saga dos irmãos Mello e Souza, saga que este texto procura apresentar como introito para um trabalho mais aprofundado, tendo em conta a informação disponível e o desafio aliciante de poder centrar a história nos indivíduos e nas suas peculiaridades.

Índice

- 7 Editorial

MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS

- 13 ALBANO VISEU
Emigração e mudanças no distrito de Bragança (1950-1970)
- 35 EDSON CÉSAR DA SILVA JÚNIOR
“Com a imigração temos tudo a ganhar e nada a perder”
Discursos e práticas das políticas imigrantistas do Pará
(1850-1870)
- 55 FILIPE PINHEIRO DE CAMPOS
Casar no Rio de Janeiro – O caso dos portugueses
na paróquia da Candelária (1807-1821)
- 113 HERMES MARQUES DAMASCENO NETO
Os confederados na Amazónia brasileira
- 131 JOANA QUELHAS
Partem Modas voltam Modinhas:
transatlantismo e A Viola de Lereño
- 143 MARIA JOSÉ MOUTINHO SANTOS E JORGE FERNANDES ALVES
Emigração, micro-história e redes. Trajetórias familiares
de Abragão (Penafiel) para o Rio de Janeiro.
Os Mello e Souza (século XIX)
- 203 MARIA OTÍLIA PEREIRA LAGE E DIANA BESSA LAGE
A emigração portuguesa para França
Continuidade e mudanças no século XXI

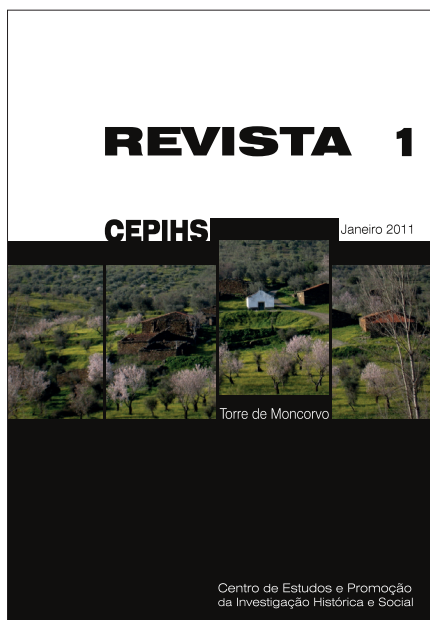
- 237 MÁRIO JORGE MARTINHO DA COSTA
A emigração no distrito de Coimbra através dos registos
de passaportes (1835-1918) – uma perspetiva global
- 259 WILZA BETANIA DOS SANTOS
Camões – “o legítimo orgulho d’uma nacionalidade”
para o emigrante português (Brasil, 1880)
- VARIA**
- 275 ANA CELESTE GLÓRIA
A Casa das Obras em Manteigas (1775-1779)
Novos dados para o seu conhecimento
- 309 ANTÓNIO PIMENTA DE CASTRO
Coronel Gonçalo Pereira Pimenta de Castro
Governador de Timor e herói das Campanhas de África
- 321 ARTUR FERREIRA COIMBRA
Trás-os-Montes na oposição e na defesa da Primeira
República: das incursões à Monarquia do Norte (1911-1919)
- 353 EDUARDO DOMINGUES
Dom Vasco Marinho – entre dois mundos
Notas para uma biografia
- 389 ÉLIA CORREIA
Arquivo Distrital de Bragança
Guardião da memória e dos direitos dos cidadãos
- 407 JOÃO PAULO BRAGA
“Oitavo casamento” ou “Padre João de Pençalves”, ou...
“Camilo Castelo Branco”

- 423 JORGE GUERRA DUARTE
Freixo de Espada à Cinta
A instituição de uma capela desaparecida
- 435 MANUEL CORREIA
1949 – Um Nobel complexo: Egas Moniz
- 445 MANUEL CORREIA
O que a história não deixa passar...
- 451 MARIA ENGRÁCIA LEANDRO
Repensar a doença e a saúde
- 479 MARIA GUILHERME SEMEDO, ANA LEONOR PEREIRA E
JOÃO RUI PITA
Thomé Rodrigues Sobral (1759-1829) e a análise
química das quinas
- 499 MARIA IVONE DA PAZ SOARES
O Feminino nos arquivos: sendas de sombra
- 521 TERESA MARTINS E MARIA BRANCO
Os Incunábulo do Fundo Antigo da Ex-Biblioteca Central
da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra,
atual Biblioteca das Ciências da Saúde da Universidade de
Coimbra – Iconografia, Curiosidades Bibliográficas
e Ações de Conservação e Restauro

Santa Casa da Misericórdia de Torre de Moncorvo
Arquivo Histórico

- 543 ADÍLIA FERNANDES E ODETE PAIVA
Livro antigo – Século XVIII
Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de
Torre de Moncorvo

PUBLICAÇÕES



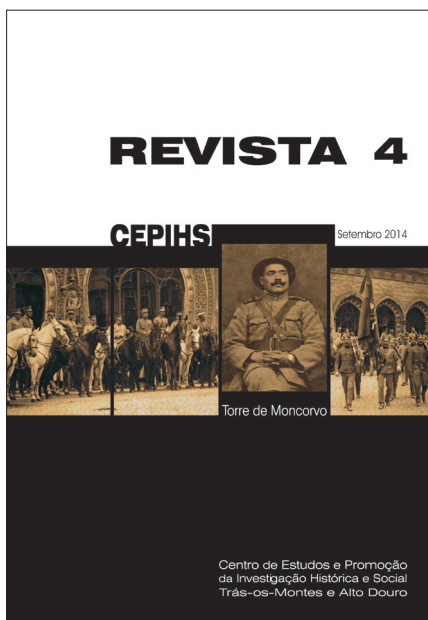
Número 1 – Homenagem a Maria da Assunção
Carqueja e Adriano Vasco Rodrigues
Temática: I República (1910-1926)



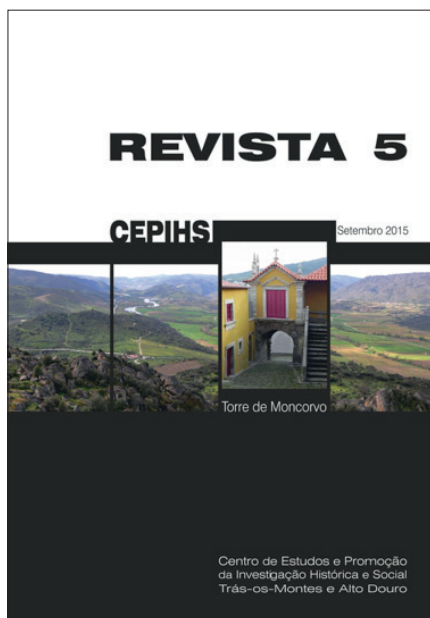
Número 2 – Homenagem a Abílio Adriano de
Campos Monteiro
Estudos vários



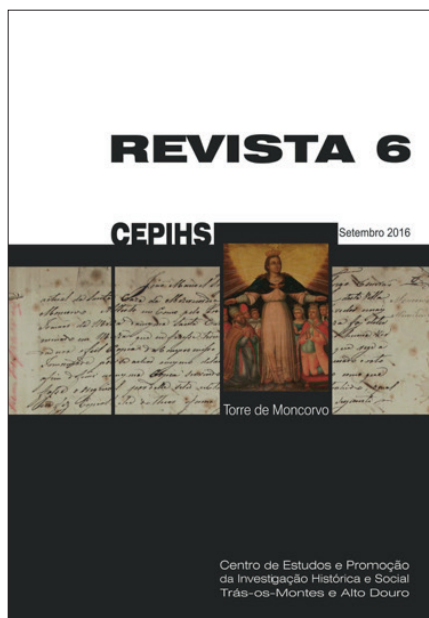
Número 3 – Homenagem ao Visconde de Vila Maior
Estudos vários



Número 4 – Temática: Grande Guerra (1914-1918)



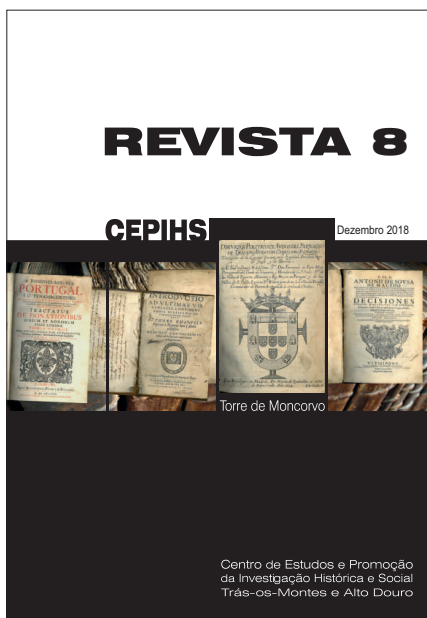
Número 5 – Temática: Património



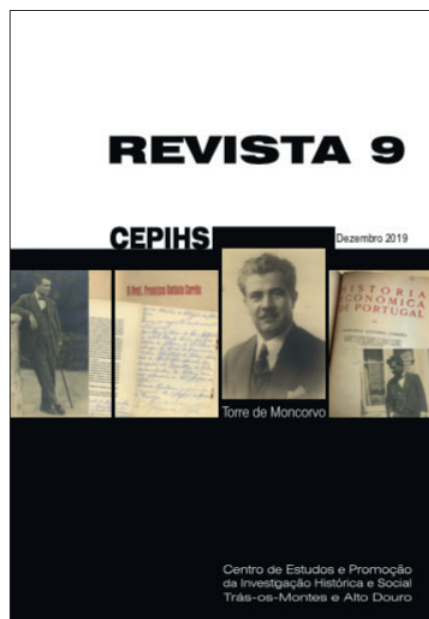
Número 6 – Temática: Misericórdia



Número 7 – Temática: Emigração



Número 8 – Temática: Património



Número 9 – Temática: Francisco António
Correia
Estudos vários

ISSN 2182-0252



9 772182 025003

AUTORES

Adília Fernandes	João Rui Pita
Albano Viseu	Jorge Fernandes Alves
Ana Celeste Glória	Jorge Guerra Duarte
Ana Leonor Pereira	Manuel Correia
António Pimenta de Castro	Maria Branco
Artur Ferreira Coimbra	Maria Engrácia Leandro
Diana Bessa Lage	Maria Guilherme Semedo
Edson César da Silva Júnior	Maria Ivone da Paz Soares
Eduardo Domingues	Maria Otilia Pereira Lage
Élia Correia	Mário Jorge Martinho da Costa
Filipe Pinheiro de Campos	Odete Paiva
Hermes Marques Damasceno Neto	Teresa Martins
Joana Quelhas	Wilza Betania dos Santos
João Paulo Braga	